



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS



COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/PORTUGUÊS

MARIA ADAIANE DA SILVA SOUSA

**DA ORALIDADE À ESCRITA: DESCONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO  
LINGUÍSTICO A PARTIR DA VARIAÇÃO DIAMÉSICA**

PICOS

2019

MARIA ADAIANE DA SILVA SOUSA

**DA ORALIDADE À ESCRITA: DESCONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO  
LINGUÍSTICO A PARTIR DA VARIAÇÃO DIAMÉSICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Letras/Português.

Orientador: Prof. Dr. Juscelino Francisco do Nascimento

PICOS

2019

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**  
**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**S725o** Sousa, Maria Adaiane da Silva.  
Da oralidade à escrita: desconstrução do preconceito linguístico a partir da variação diamésica. / Maria Adaiane da Silva Sousa. – Picos-PI, 2019.  
54 f.  
CD-ROM: 4 ¾ pol.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Letras Português) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2019.  
“Orientador(A): Prof. Dr. Juscelino Francisco do Nascimento.”

1. Preconceito Linguístico. 2. Variação Diamésica. 3. Língua. I. Título.

**CDD 410**



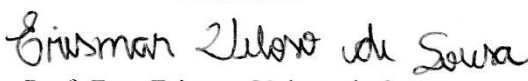
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS  
Rua Cícero Duarte Nº 905, Bairro Junco CEP 64600-000 - Picos- Piauí  
Fone: (89) 3422 2032

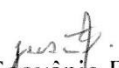
### **ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA FINAL DE CURSO**

Às 13h horas do dia dezoito de junho do ano de dois mil e dezoito, na sala 834, do Curso de Letras, na Universidade Federal do Piauí, no *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, cidade de Picos – PI, sob a presidência do Prof. Me. Juscelino Francisco do Nascimento, reuniu-se a banca examinadora de defesa de monografia de autoria da aluna MARIA ADAIANE DA SILVA SOUSA, do curso de Letras desta Universidade, com o título, DA ORALIDADE À ESCRITA: DESCONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO A PARTIR DA VARIAÇÃO DIAMÉSICA. A Banca Examinadora ficou assim constituída: Prof. Me. Juscelino Francisco do Nascimento (orientador – presidente), Prof. Esp. Erismar Veloso de Sousa (1º examinador) e Prof. Esp. José Geovânio Buenos Aires Martins (2º examinador). Foram registradas as seguintes ocorrências: após a apresentação da aluna pelo Presidente da banca, ocorreu a apresentação do trabalho, seguido de questionamentos pelos membros da banca; finalizando, às 14h. Concluída a defesa, procedeu-se o julgamento pelos membros da banca examinadora, em reunião fechada, tendo o aluno obtido às seguintes notas: 9,8 ; 9,8 e 9,8 . Apuradas as notas, verificou-se que a aluna foi aprovada com média geral 9,8 . E, para constar, eu, Prof. Me. Juscelino Francisco do Nascimento, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada pelos membros da banca examinadora, será assinada por todos. Picos, 19 de junho de 2019.

Assinatura dos membros da Banca Examinadora.

  
Prof. Me. Juscelino Francisco do Nascimento  
Presidente

  
Prof. Esp. Erismar Veloso de Sousa  
1º examinador

  
Prof. Esp. José Geovânio Buenos Aires Martins  
2º examinador

*A Deus, pelo exemplo de amor e fidelidade; aos meus, pais Agnaldo e Derenice, que são bênçãos de luz na minha vida, e que amo incondicionalmente. Minha imensurável gratidão sempre!*

## AGRADECIMENTOS

Gratidão é o sentimento que expressa a essencialidade deste momento do curso e da minha vida. Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder força e discernimento na elaboração desse trabalho, por ser fonte de amor e sabedoria na minha vida.

Aos meus pais, Agnaldo e Derenice, que mesmo diante de tantas dificuldades não desistiram de incentivar a formação dos seus filhos. Meus pais, vocês foram essenciais durante esta longa caminhada, são fonte de luz e inspiração à minha vida. Se é chegada a conclusão desta etapa da minha formação, devo isso aos senhores, que sempre me instigaram a prosseguir, sempre foram presentes e me motivaram nos momentos de desânimo.

Aos meus irmãos, Agnomaio e Alane, que compartilharam e incentivaram esse percurso acadêmico. Sou imensamente grata aos protagonistas do saber que participaram da minha vida enquanto estudante, desde os mestres da educação básica, em nome de Edízia, Ildení e Vanda, até docentes do curso de Letras/Português da UFPI, dentre eles: Egito, Fernanda, Giziane, Aucélia, Welbert, Cristiane e Lidiany. Todos vocês que fomentaram o meu crescimento acadêmico e também incentivaram minha busca incessante pelos conhecimentos atinentes à linguagem humana. Vocês têm minha imensa gratidão, em especial o Prof. Juscelino, por ter aceitado o convite de ser meu orientador, e por colaborar para o desenvolvimento desta pesquisa. Você é exemplo de sabedoria e dedicação pela docência. Possui minha admiração!

Ressalto o carinho e gratidão às amizades adquiridas nesta longa jornada. Aos meus amigos que têm importância singular na minha vida: à Bárbara, exemplo de pessoa e amizade, à Erica, amiga de grande carisma, e Matheus, pessoa sábia e dedicada. Enfim, vocês, que juntamente comigo formaram o quarteto das produções acadêmicas, têm minha infinita Gratidão.

A todos os alunos da turma 2015.1, em nome de Fabrício, Ayanne, Fernanda e Iomana, que compartilharam comigo momentos de conhecimento e também de amizade. Também agradeço a Jailson, Wilian e Adalberto, que coadjuvaram e torceram durante essa jornada acadêmica.

Aos participantes da banca examinadora, que aceitaram o convite para avaliar e contribuir com este trabalho; e à Universidade Federal do Piauí, por oportunizar a realização deste sonho. Todos que contribuíram na minha trajetória acadêmica, meu muito obrigada!

Mas a sabedoria que vem do alto é, primeiramente, pura, depois, pacífica, moderada, tratável, cheia de misericórdia e de bons frutos, sem parcialidade e sem hipocrisia.

Tiago 3,17

## RESUMO

A língua é um processo constante de (re)construção e, a todo instante, são demonstrados, por meio dos falantes, o quanto ela está vinculada a contextos reais de uso, uma vez que retrata a experiência cognitiva, histórica, social e cultural de uma comunidade. Este trabalho analisa a desconstrução do preconceito linguístico a partir da variação diamésica, tendo em vista que a língua constitui-se em diferentes variantes tanto para a oralidade como para escrita. Para tanto, investigamos a presença da variação diamésica em alunos ingressantes do Curso de Letras da UFPI, considerando os meios linguísticos distintos da oralidade e da escrita essenciais na desconstrução do preconceito linguístico. Nesse viés, este estudo partirá do aporte teórico da sociolinguística variacionista, conduzido por meio de uma pesquisa qualitativa de natureza interpretativa, seguindo uma abordagem etnográfica, utilizando os pressupostos teóricos de Bortoni-Ricardo (2005, 2008), Calvet (2002), Mollica (2014, 2017), Alkmim (2006), Bagno (1999, 2003, 2007), Marcuschi (2003), entre outros. A partir da análise, constata-se que, no protocolo oral, os discentes compreendem a distinção existente entre oralidade e escrita e enfatizaram que buscam monitorar o comportamento linguístico, conforme a situação de uso da língua. Em contrapartida, em um texto escrito, o monitoramento não foi tão demonstrado por alguns, já que houve marcas da oralidade na escrita, o que evidencia a variação diamésica. Desse modo, este enfoque sociolinguístico postula a correlação existente entre língua e sociedade, a fim de ressaltar as escolhas linguísticas enquanto meios de comunicação da fala e da escrita como um meio de ascensão da língua e não como aspecto de empobrecimento desta.

**Palavras-chave:** Língua. Preconceito linguístico. Variação diamésica.



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	9
2 LÍNGUA E VARIAÇÃO: UMA PERSPECTIVA SOCIOINTERACIONISTA DOS SUJEITOS .....	13
2.1 Sociolinguística: contexto histórico .....	18
2.2 Uma noção da variação .....	19
3 A ESTIGMATIZAÇÃO DA LÍNGUA: UM MOLDE PARA O PRECONCEITO .....	22
4 PERSPECTIVA DE ORALIDADE E ESCRITA .....	27
4.1 Uma compreensão da variação diamésica .....	29
4.2 O âmbito de variação estilística .....	30
5 METODOLOGIA .....	32
6 UMA ABORDAGEM COMUNICATIVA DA ORALIDADE PARA ESCRITA.....	34
6.1.1 Da fala para escrita – participante 1, 18 anos .....	34
6.1.2 Da fala para escrita – participante 2, 18 anos .....	38
6.1.3 Da fala para escrita – participante 3, 18 anos .....	41
6.1.4 Da fala para escrita – participante 4, 18 anos .....	45
6.1.5 Da fala para escrita – participante 5, 18 anos .....	47
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	50
REFERÊNCIAS .....	52

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é constituído por uma vasta extensão territorial e apresenta uma diversidade cultural, geográfica e étnica vigente desde o período da colonização. Assim, é inegável afirmar a existência do grande processo de miscigenação, resultado consolidado por meio de diferentes etnias, culturas e diferentes línguas existentes. Em vista disso, é trivial postular que uma língua pura, imutável e homogênea jamais existiu e existirá nessa nação. Contudo, é perceptível que os falantes de variedades menos privilegiada, como a popular, são concebidos como sujeitos que não dominam sua própria língua portuguesa, isso ocasiona o referido preconceito linguístico.

A língua destaca-se por sua realização social e, conseqüentemente, partilha da diversidade linguística, uma vez que a variação consiste em um fenômeno universal repleto de formas alternativas para sedimentar a mesma coisa, segundo adverte Mollica (2017). Pensando nisso, este trabalho, cujo enfoque temático trata da desconstrução do preconceito linguístico a partir da diferenciação da fala e da escrita, possui como objetivo geral investigar a interferência da variação diamésica na observância e distinção entre comunicação oral e escrita, analisando a ocorrência desta variação em alunos ingressantes no curso de Letras da UFPI, levando em consideração os mecanismos linguísticos distintos da oralidade e escrita fundamentais na desmistificação do preconceito linguístico. Assim, busca-se apresentar o perfil sociolinguísticos dos alunos, averiguar se estes já foram estigmatizados em suas práticas linguísticas, e se com isso sofreram preconceito linguístico, seja durante a oralidade ou a escrita, e ainda apresentar como os alunos concebem os conceitos de fala e de escrita, de modo a evidenciar a variação diamésica.

Nesse âmbito, constata, uma pesquisa qualitativa e interpretativa, com um viés etnográfico, ancorada nos estudos da sociolinguística variacionista, cuja aplicação realizou-se por implementação de um protocolo verbal oral e outro escrito. Desse modo, no desenvolvimento do corpus, foi realizada uma entrevista, seguida da produção de um texto com um grupo de alunos, a fim de averiguar como eles concebem a oralidade e a escrita em acordo com as práticas comunicativas, bem como na desconstrução do preconceito linguístico.

Para a fundamentação teórica deste trabalho, baseamo-nos, dentre outros, em Bortoni-Ricardo (2005, 2008), Calvet (2002), Mollica (2014, 2017), Alkmim (2006), Bagno (1999, 2003, 2007), Marcuschi (2003), Faraco (2005, 2008), Ilari e Basso (2011), Preti (2003), Coulmas (2014), entre outros.

Nessa conjuntura, o interesse pelo tema pode ser justificado pela inquietação em investigar como os falantes, no caso os alunos, utilizam a oralidade e a escrita em consonância com a práxis da língua materna, ao modo que se observa o caráter multifacetado e heterogêneo presente no repertório linguístico dos falantes, bem como analisar a prevalência do preconceito linguístico estabelecido sob os falantes.

Conforme o pensamento de Bagno (2007) a sociolinguística emergiu nos Estados Unidos por volta de 1960, período no qual os estudiosos da linguagem perceberam a impossibilidade de analisar a língua sem destacar a influência do ambiente social nesta e na comunidade em que é utilizada. Por conseguinte, o enfoque maior concebido, a abordagem variacionista, foi denotado por William Labov, considerado, hoje, importante precursor dos estudos sociolinguísticos. Essa corrente da sociolinguística analisa os métodos sistêmicos que constituem as diferentes variações linguísticas na sociedade, isto é, busca compreender todo o processo que interfere nos diferentes dizeres linguísticos. Para isso, leva em conta a influência de fatores externos, como faixa etária, classe econômica, gênero, grupo étnico, lugar de origem, escolarização, além dos fatores internos a língua, aos quais Calvet (2002) define como variáveis independentes.

Na observação da realidade linguística dos alunos ingressantes no curso de Letras, é necessário postular como estes estudantes, utilizam a língua materna em suas diferentes práticas de interação, mostrado nesse caso, pelo viés da fala e da escrita. Nesse âmbito, esta pesquisa aborda a vertente de variação denominada diamésica, concernente à utilização de meios diversos de comunicação em acordo com a distinção entre oralidade e escrita, considerando a funcionalidade da fala e escrita no cotidiano.

É inevitável estudar a língua dissociada do ambiente sócio-interacional, onde, de fato, ela ocorre. Todavia, observa-se um grande conflito linguístico quando se faz referência à língua desvinculada da norma culta, impregnado na gramática normativa. De tal modo, foi difundido um modo primitivo e errôneo em conceber as diversas variações linguísticas, baseado na estigmatização das variedades, cuja visão restrita vem se disseminando no Ocidente até a atualidade. Assim, muitos sujeitos concebem e acreditam que existem somente duas dimensões na efetivação da língua, sendo uma a maneira correta veiculada à escrita, e outra, a maneira incorreta, incorporada pela oralidade e usada por pessoas com pouca instrução de ensino, logo, estigmatizada na sociedade. Essas constatações restritas e irrelevantes constituem o que Bagno (1999) nomeou como preconceito linguístico.

Enunciar sobre este tipo de preconceito é ainda embaraçoso, tendo em vista tratar de um tema não muito “visível” aos olhos da sociedade. O contexto escolar e familiar, às vezes, por

não ter conhecimento, não demonstra soluções plausíveis para esse entrave social tão presente na vida dos falantes de uma língua. O preconceito linguístico fica bastante perceptível pela marca negativa que o brasileiro cria de si e da língua sediada neste país, conforme compreende Bagno (1999). Desse modo, as diferenças linguísticas são compreendidas como erros, um modo vulgar de usar a língua.

Nessa vertente, o capítulo dois, intitulado “Língua e variação: uma perspectiva sociointeracionista dos sujeitos”, veicula uma abordagem interacionista da língua, à medida que é postulada enquanto uma perspectiva concreta e heterogênea, resultante da influência dos aspectos históricos, sociais e culturais. Dessa forma, está intimamente ligada com o contexto interacional dos falantes, como postulam Faraco (2008) e Bagno (2007). Há, ainda, uma breve discussão a respeito da sociolinguística, o conceito de variação linguística, como também seus tipos: variação diatópica, diastrática, diafásica, diacrônica e diamésica.

No capítulo três – “A estigmatização da língua: um molde para o preconceito” – é discutido sobre a desconstrução do preconceito linguístico como um fator que resgata os aspectos socioculturais presentes na manifestação linguística dos falantes. Nesse meio, expõe-se a elucidação da diversidade social e linguística presentes no Brasil, as quais são amostras da implantação do preconceito linguístico, haja vista o fato de este estar fundado na crença de que existe uma língua homogênea e normativa, a qual todos os falantes devem utilizar.

No capítulo quatro, “Perspectiva de oralidade e escrita”, há uma explanação acerca da oralidade e da escrita, de modo que se salienta a oralidade como um mecanismo interacional adquirido, normalmente, desde o nascimento do sujeito, sedimentado pelo aspecto sonoro e utilizado em contextos variados de comunicação, desde os mais formais até os menos formais. Por outro lado, a escrita, é representada graficamente por registros materiais, sendo, geralmente, aprendida em ambientes formais, como a escola. Este capítulo possui como tópico uma compreensão da variação diamésica, seguido de um enfoque sobre a variação estilística. Sendo, compreendidos como diferentes meios utilizados na língua falada e na língua escrita, de modo que ambos devem atingir a finalidade da comunicação.

No capítulo seis, apresentamos a análise dos dados da pesquisa. Observamos como os alunos diferem à fala da escrita, verificada durante o protocolo verbal oral, em que os participantes da pesquisa tentaram dissociar a escrita da oralidade, apresentando, assim, a variação diamésica, cuja vertente propõe a distinção dos meios utilizados na oralidade e na escrita, porém na cristalização do texto escrito demonstraram interferência da fala neste, oportunizando, através disso, que, na prática textual, alguns dos participantes não conceberam

totalmente a diferenciação da fala em detrimento da realização escrita, isto é, da variação diamésica.

Destarte, averigua-se que essa pesquisa sedimenta uma discussão pertinente não somente aos estudiosos da sociolinguística, mas também a todos que consideram a língua(gem) como protagonista da humanização dos sujeitos. Este estudo elenca uma reflexão acerca da língua enquanto perspectiva social de interação, assim como na abordagem a respeito da desconstrução do preconceito linguístico, explícito quando as variedades linguísticas não são analisadas como resultado da correlação entre língua e sociedade. Logo, a variação diamésica mostra como a oralidade e a escrita são meios distintos que os falantes possuem para efetivarem suas práticas linguísticas e sociais.

## 2 LÍNGUA E VARIAÇÃO: UMA PERSPECTIVA SOCIOINTERACIONISTA DOS SUJEITOS

Toda criação universal constituída se propagou através da palavra, da linguagem. O Criador utilizou a língua para criar tudo o que existe. Assim, é inevitável estudar sua correlação com o homem, e a sociedade, conforme averigua a reflexão de Fiorin (2013) acerca da língua e linguagem.

Em meados do século XX, a Linguística concebe a existência da relação língua/sociedade, porém, ela desconsidera, inicialmente, a influência de fatores histórico, social e cultural. Em vista disso, principia o estruturalismo, o qual define língua como “um produto social da faculdade da linguagem”, isto é, uma capacidade natural e formal do ser humano em utilizar a linguagem, conforme constata o pensamento de Alkmim (2006). Desse modo, *Ferdinand Saussure*, em seu *Curso de Linguística Geral*, estuda a língua como um fenômeno abstrato e formal, sem interferência direta de aspectos extralinguísticos. No entanto, autores contemporâneos a ele, como Meillet e outros, analisaram a língua como um fato social (CALVET, 2002).

Na ascensão da linguística contemporânea em explicar fatos relacionados entre língua e sociedade, surgem outras vertentes desta, como a Sociolinguística, que emergiu em 1964, para analisar a relação entre língua e sociedade. Portanto, o objeto de estudo da sociolinguística observa e examina a língua em seu contexto social, ou seja, em situações concretas de uso, onde de fato ela ocorre. De tal modo, é necessário compreender, ainda, o conceito de comunidade linguística, definido como “um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos”, (ALKMIM, 2006, p. 31). Em outras palavras, são comportamentos, normas que as pessoas possuem em determinada língua, a forma como as pessoas se apropriam dessa para se comunicar.

Sendo a língua propagada no discurso humano, é impossível separá-la da vida dos sujeitos, da realidade interacional. É um processo constante, mutável e multifacetado em conformidade com as práticas sociais, ou seja, se manifesta na sedimentação da linguagem em sociedade. A esse respeito, Bagno (2007, p. 36) adverte:

A língua, na concepção dos sociolinguistas, é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e em reconstrução. Ao contrário de um produto pronto e acabado, de um monumento histórico feito de pedra e cimento, a língua é um processo, um fazer-se permanente e nunca concluído. A língua é uma atividade social, um trabalho coletivo,

empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita.

Logo, esta língua não é a mesma de cem anos atrás, pois passou por diversos processos de variação, conforme as nuances culturais, sociais e históricas que perpassam a vida dos falantes.

O Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) postula as múltiplas variedades pertencentes a uma língua, tais como: sotaques, jargões, gírias, falares, dialetos etc. Sobre isso, tem-se a seguinte assertiva:

Assim, qualquer língua varia de lugar para lugar (temos, então, os dialetos geográficos). Há também, no interior da estrutura social, uma grande diversidade linguística correlacionada a diferentes características de grupos de falantes: sua classe social, seu nível de escolaridade, sua ocupação e nível de renda, sua idade, ascendência étnica, seu gênero - temos, então, inúmeros dialetos sociais, jargões profissionais, gírias, estilos de fala (FARACO, 2008, p. 134).

Segundo o INDL, com base em pesquisa realizada pelo IBGE (2010), 274 línguas são faladas por indígenas de 305 etnias diferentes. Com efeito, postular a homogeneidade linguística em um país immanentemente diversificado, constituído por diferentes culturas e etnias, é um equívoco sem esforço. Dessa maneira, compreendemos a dinamicidade da língua, já que pode sofrer variação de acordo com o contexto de interação social que os falantes estão inseridos.

Conforme Bagno (1999), a língua age, se manifesta de acordo com as transformações vinculadas na sociedade, varia conforme a sociedade varia, e não existem dizeres melhores ou piores, forma errada ou certa de falar, o que há são construções linguísticas pertinentes a determinada situação comunicativa. Assim, para o autor,

Não existe nenhuma variedade nacional, regional ou social que seja intrinsecamente “melhor”, “mais pura”, “mais bonita”, “mais correta” que outra. Toda variedade linguística atende às necessidades da comunidade de seres humanos que a empregam. Quando deixar de atender, ela inevitavelmente sofrerá transformações para se adequar às novas necessidades. Toda variedade linguística é também o resultado de um processo histórico próprio, com suas vicissitudes e peripécias particulares (BAGNO, 1999, p. 64).

Sendo assim, a língua é reflexo dos sujeitos, das convivências interacionais, retrato da cultura, dos aspectos geográficos e históricos. Em princípio, sobre a interferência da cultura na

língua, compreende-se que suas práticas interferem nas nossas vidas, conseqüentemente, em nosso modo de expressão, a linguagem<sup>1</sup>. A esse respeito, Sapir (1980, p. 165) afirma:

Toda língua tem uma sede. O povo que a fala, pertence a uma raça (ou a certo número de raças), isto é, a um grupo de homens que se destaca de outros grupos por caracteres físicos. Por outro lado, a língua não existe isolada de uma cultura, isto é, de um conjunto socialmente herdado de práticas e crenças que determinam a trama das nossas vidas.

Nessa perspectiva, o monolinguismo na língua portuguesa jamais existiu, senão para alguns gramáticos que concebem a norma culta como única forma de expressão humana falada por pessoas cultas e ensinada no ambiente formal de ensino, a escola. De tal modo, sobre o campo conceitual que rege essa norma culta, destacamos que,

Uma entidade culturalmente superior, que poderíamos chamar norma culta, representa o ideal linguístico da comunidade. É a norma-padrão que regula a linguagem falada das pessoas cultas, além de constituir um veículo de todo um complexo cultural, científico ou artístico que se realiza através de sua forma escrita. É a norma tradicionalmente ensinada pela escola, embora hoje se pense que a função do organismo escolar não seja substituir no aluno a norma popular que ele já traz com sua linguagem falada, pelos modelos da norma culta, mas sim mostrar-lhe que ambas podem coexistir e ser utilizadas na comunicação, conforme as circunstâncias (PRETI, 2003 p. 55, grifos no original).

Em contrapartida, é sabido que qualquer língua humana caracteriza-se por seu aspecto dinâmico, sendo fortemente heterogênea e, por isso, apresenta variação em diferentes níveis estruturais, tais como compreende Camacho (2006): variação de nível lexical, que concerne na apresentação de mais de uma palavra ou vocábulo designando o mesmo significado; variação de nível fonológico, a qual consiste na variação sonora das palavras, por exemplo: falá e comê; de nível morfológico, ocorre quando averigua alterações na estrutura da palavra, como em as meninas/as menina; variação de nível sintático, refere-se à variação estrutural das frases.

Segundo Calvet (2002), como a língua não é homogênea, suas práticas também não são, visto que o falante está inserido em um espaço social, geográfico e histórico distintos. Assim, constata que até mesmo o modo de falar é espontâneo e varia com a situação de uso, já que nenhum falante é puramente fiel à normatização da língua. O mesmo autor ainda conceitua e distingue variante como “cada uma das formas de realizar a mesma coisa” (CALVET, 2002, p.

---

<sup>1</sup> A linguagem é a capacidade específica da espécie humana de se comunicar por meio de signos. Fiorin (2013, p.12)



90), isto é, maneiras alternadas de manifestar as coisas; e o conceito de variável, compreendida como os meios diferentes utilizados para se proferir a mesma coisa, como um fonema ou signo.

Em consonância com Mollica (2017), pode-se inferir que o principal objeto de análise da sociolinguística é a variação, sendo este fenômeno universal de todas as línguas naturais, podendo ser elucidada pelo campo científico. Dessa forma, as variantes podem continuar se alterando com o passar do tempo ou desaparecer, ocasionando, assim, a mudança (BAGNO, 2003). Enfatiza-se, com isso, que, “a variação é contínua e, em nenhuma hipótese, é possível demarcarem-se nitidamente as fronteiras em que ela ocorre. É preferível falar em tendências a empregos de formas alternantes motivadas simultaneamente por condicionamentos diversos” (MOLLICA, 2017, p. 13). Por isso, constata-se a impossibilidade de analisar a variação levando em conta apenas elementos linguísticos.

Posto isso, é cabível apresentar alguns tipos de variação pertinentes aos estudos sociolinguísticos elencados por Bagno (2007), tais como a *variação diafásica*, que está relacionada com a capacidade de monitoração da língua em acordo com a necessidade comunicacional; *variação diacrônica*, que postula as transformações da língua em conformidade com o tempo; *variação diatópica*, a qual consiste em modos de falar diferentes por influência do espaço geográfico; *variação diastrática*, em que a língua varia por interferência da classe social; *variação diamésica*, vinculada ao gênero textual, ao meio de comunicação utilizado de modo distinto na oralidade e na escrita, como por exemplo um documento escrito, um e-mail, uma mensagem nas redes sociais e outros.

Como a língua é heterogênea e construída com meio social, a variação, conseqüentemente, ocorre na ocasião de alguns fatores, como os inerentes à língua, que são os fonológicos, sintáticos, morfológicos, os semânticos, os discursivos e os lexicais, denominados de variáveis internas. Além desses, há os inerentes ao sujeito, tais como: etnia, sexo, escolarização, classe social e nível de renda, profissão e outros, chamados de variáveis externas, como pressupõe a distinção de Mollica (2017).

Para os sociolinguistas, não há língua cuja ordem é considerada como primitiva, menos desenvolvida, ou língua mais importante que outras. O que existe de fato são línguas e dialetos diferentes, oriundos da estratificação social do país em que a língua é falada. Sobre isso Possenti (1996, p. 30-31) concebe que:

Todas as línguas variam, isto é, não existe nenhuma sociedade ou comunidade na qual todos falem da mesma forma; a variedade linguística é o reflexo da variedade social e, como em todas as sociedades existe alguma diferença de status ou de papel entre indivíduos ou grupos, estas diferenças se refletem na língua. Ou seja: a primeira verdade que devemos encarar de frente é relativa

ao fato de que em todos os países (ou em todas as “comunidades de falantes”) existe variedade de língua.

Similarmente Faraco (2008) afirma que a língua, por ser heterogênea, é formada por variedades e normas<sup>2</sup>, e ambas constituem uma propriedade intrínseca e inseparável. Nesse viés, a norma culta trata-se como uma das variedades da língua, cujo prestígio foi difundido por semear papéis históricos e normativos importantes na sociedade. Sem estes, os falantes não saberiam distinguir a gramática que rege sua língua, bem como seus usos em determinados veículos de informação. Desse modo, ele adverte:

A norma dita culta é apenas uma das dessas variedades, com funções socioculturais bem específicas. Seu prestígio não decorre de suas propriedades gramaticais, mas de processos sócio-históricos que agregam valores a ela. Em outras palavras, seu prestígio não decorre de propriedades intrínsecas (linguísticas propriamente ditas), mas de propriedades extrínsecas, sócio-históricas (FARACO, 2008, p. 72).

Camacho (2006), em seus estudos sociolinguísticos, deduz a afirmação que tanto as línguas e as variedades são complexas e eficazes em acordo com o exercício das suas funções. Em virtude disso, concebe a variedade padrão como uma variedade utilizada em situações formais em que necessita uma prática mais monitorada da língua, seja na fala ou na escrita. Esse autor coaduna com Alkmim (2006, p. 41), a qual postula que “toda língua é adequada à comunidade que a utiliza, é um sistema completo que permite a um povo exprimir o mundo físico e simbólico em que vive”. De tal modo, a autora reitera a não existência de língua ineficiente, visto que esta atende à demanda linguística da sua comunidade.

Nessa vertente, Bagno (2009) e outros linguistas distinguem a norma-padrão da norma culta, a saber que a norma-padrão consiste em um modelo apropriado de regras que rege a língua na qual nos baseamos para fazer a correção das palavras. Assim, “os linguistas preferem chamar essa língua artificial, elitista, aristocrática de norma-padrão, enfatizando sempre que se trata de um modelo, de um ideal linguístico, que, por conseguinte, não é integralmente falado nem escrito por ninguém” (BAGNO, 2009, p. 66).

Faraco (2005) postula que línguas mudam no decorrer do tempo. Isso se aplica em virtude de as línguas não serem realidades estáticas, mas que estão em movimento e não perdem seu caráter sistêmico, ao modo que estabelece a seus falantes recursos linguísticos pertinentes para o curso dos significados. Para o autor,

---

<sup>2</sup> Chama-se norma tudo o que é de uso comum e corrente numa comunidade linguística; a norma corresponde, então, à instituição social que constitui a língua. (DUBOIS, 1983, p. 435).

Qualquer parte da língua pode mudar, desde aspectos da pronúncia até aspectos de sua organização semântica e pragmática. A classificação geral das mudanças é feita utilizando-se os diferentes níveis comuns no trabalho de análise linguística. Assim, na história de uma língua, pode haver mudanças fonéticas-fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas, lexicais, pragmáticas (FARACO, 2005, p. 34-35).

Assim, embora haja a vigência das mudanças na língua, é necessário ressaltar que estas se manifestam de modo contínuo, porém acontece paulatinamente, atingindo partes da língua e não o todo e de uma só vez, consoante o pensamento do autor citado acima.

## **2.1 Sociolinguística: contexto histórico**

A sociolinguística passou a ganhar abrangência a partir de 1964, por ocasião de um congresso realizado na Universidade da Califórnia em Los Angeles, organizado por William Bright. As discussões investigavam a vinculação existente entre linguagem e sociedade. Nesse enfoque, contou com importantes estudos de autores como John Gumperz, Einar Haugen, William Labov, Dell Hymes, John Fisher e José Pedro Rona, conforme constata Alkmim (2006).

Em conformidade com os estudos de Mollica (2017), a sociolinguística destaca-se como uma das subáreas da linguística, cuja perspectiva analisa a língua em relação com os aspectos sociais e linguísticos. Dessa maneira, parte da interdisciplinaridade entre língua e sociedade, avaliando questões linguísticas a partir da efetivação funcional da língua, considerando, assim, a heterogeneidade desta. Sobre esta ciência linguística compreende-se que,

A sociolinguística pode tomar em consideração como dado social o estado do emissor (origem étnica, profissional, nível de vida, etc.) e relacionar este estado ao modelo de atuação ou desempenho depreendido. Torna-se claro que, assim definida, a sociolinguística engloba praticamente toda a linguística que procede a partir de um corpus, já que estes são sempre produzidos num tempo, num lugar, num meio determinados (DUBOIS, 1983, p. 561).

Enquanto ciência da língua(gem) e sociedade, a sociolinguística, possui três vertentes de pesquisa, sendo elas a interacional, variacionista e a educacional. A sociolinguística interacional, segundo Camacho (2006), está direcionada à análise da conversação, de modo que toda interação humana consiste na dependência de normas e princípios internos e sociais.

A variacionista, fonte de análise nesta pesquisa, apresenta um estudo voltado para compreender a correlação entre estrutura linguística e social, conforme Camacho (2006). Por fim, a sociolinguística educacional veicula problemas no âmbito da educação, como enfatiza

Bortoni-Ricardo (2005, p.128): “denominarei ‘sociolinguística educacional’, de forma um pouco genérica, todas as propostas e pesquisas sociolinguísticas que tenham por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do processo educacional, principalmente na área do ensino de língua materna”.

Neste estudo, a sociolinguística variacionista terá mais evidência, uma vez que foi averiguado, na pesquisa qualitativa, como os falantes constroem seus atos comunicativos, observando a escolha linguística pertinente a oralidade e a escrita, desconstruindo, assim, o preconceito linguístico.

Em consonância com outros estudiosos da sociolinguística, William Labov, em 1963, organiza um estudo que mostra a influência de aspectos sociais na sedimentação da variedade linguística. Logo, aponta fatores como: idade, sexo, etnia, atitude e comportamentos linguísticos como sendo relevantes na denominação da sociolinguística variacionista ou teoria da variação (ALKMIM, 2006).

Sendo assim, partindo do pressuposto elencado pela sociolinguística, que postula a língua como feixe de variedade, nota-se a composição de variáveis, como maneiras distintas de falar algo ou alguma coisa, e variantes, que consistem nas formas de realização de tais variáveis. Em vista disso, este trabalho aborda a variação diamésica, que veicula aspectos distintos da oralidade e escrita, utilizados pelos falantes para comunicar-se com o meio.

Portanto, a heterogeneidade da língua consiste em um fator comum quando se trata da variação. Nestas dimensões, Ilari e Basso (2011) advertem que, além da variação diacrônica (relacionada ao tempo), a variação diatópica (inserida na observação do espaço geográfico) e diastrática (averiguada por níveis sociais, escolaridade e fator econômico), ressalta, ainda, a vertente de variação diamésica, a qual se refere aos diferentes meios e veículos de informação, que o falante utiliza na concretização dos atos comunicativos.

## **2.2 Uma noção da variação**

Conforme Ilari e Basso (2011), o português destacou-se como a língua utilizada durante o período colonial, de modo que teve grande manifestação na administração da colônia pelos portugueses e caracterizou-se como a língua do governo e da justiça, embora também existissem os falares dos nativos, as línguas indígenas e as línguas africanas.

Assim, sabemos o quão grande é a diversidade linguística existente no Brasil, e por isso, conceber como aceitável uma única forma de dizer algo se trata de um pensamento ultrapassado. Segundo Tarallo (2003), em qualquer comunidade de fala são notórias as formas

de variação linguística. Desse modo, compreendem-se variantes linguísticas como diversas formas de expressar a mesma coisa em um mesmo ambiente interativo, sendo o conjunto de variantes denominado de variável linguística.

Nesse propósito, a variável leva em consideração aspectos extralinguísticos relevantes e que são influentes para seu entendimento. Para Tarallo (2003, p. 46), “a formalidade versus a informalidade do discurso, o nível socioeconômico do falante, sua escolaridade, faixa etária e sexo”. De certo, esses fatores são inteiramente cooperativos para o campo das variações linguísticas. Por conseguinte, pelo termo variação, entende-se, “chama-se variação o fenômeno no qual, na prática corrente, uma língua determinada não é jamais, numa época, num lugar e num grupo social dados, idêntica ao que ela é noutra época, em outro lugar e em outro grupo social” (DUBOIS, 1983, p. 609). Isto acontece porque a língua não é homogênea, e logo apresenta variação em sua forma.

Bagno (2007) classifica a variação sociolinguística em algumas tipificações, sendo estas: variação diatópica, diastrática, diafásica, diacrônica e diamésica. Para tanto, a variação diatópica consiste na comparação de diferentes atos comunicativos, construídos entre falantes de origens geográficas distintas. Dialogando com esse pensamento, tem-se o seguinte conceito: “Por variação diatópica (do grego dia = através de; topos = lugar) entende-se as diferenças que uma mesma língua apresenta na dimensão do espaço, quando é falada em diferentes regiões de um país ou em diferentes países” (ILARI; BASSO, 2011, p. 157).

A variação diastrática é observada quanto ao modo de falar de diferentes camadas sociais. Conforme o pensamento de Ilari e Basso (2011), ela diz respeito à variação oriunda da comparação de diferentes estratos sociais. Enquanto, a variação diafásica também conhecida (variação estilística) consiste no grau de monitoração que o falante faz da língua, o comportamento verbal age em acordo com a situação comunicativa, conforme Bagno (2007).

A variação diacrônica ocorre na observância da língua em diferentes etapas da história. Segundo Ilari e Basso (2011, p. 152)

Todas as línguas estão sujeitas à variação diacrônica (etimologicamente: aquela que se dá através do tempo). As línguas têm uma história externa (que diz respeito à maneira como evoluem ao longo do tempo em suas funções sociais e em suas relações com determinada comunidade linguística) e uma história interna (que diz respeito às mudanças que vão ocorrendo em sua gramática – fonologia, morfologia, sintaxe – e em seu léxico).

Por fim, a variação diamésica, abordada neste estudo, converge na distinção do meio de comunicação utilizada para oralidade e escrita. Para Ilari e Basso (2011, p. 180-181),

“(etimologicamente: variação associada ao uso de diferentes meios ou veículos). A variação diamésica compreende, antes de mais nada, as profundas diferenças que se observam entre a língua falada e a língua escrita”.

Em conformidade com Marcuschi (2003), não discutimos neste trabalho as regras que cercam a língua e sua faculdade da linguagem, mas as variações linguísticas concretizadas a partir dos usos que fazemos da língua. Por isso, destaca-se que são as formas que se adéquam aos usos e não o contrário.

Em suma, discutimos, neste capítulo, a língua enquanto perspectiva sociointeracionista entre os sujeitos. Deste modo, é necessário considerar todos os aspectos e influências externas, os quais constituem a heterogeneidade linguística e as variações de uma língua. Ademais, devemos considerar a variação como um fenômeno intrínseco à língua.

### 3 A ESTIGMATIZAÇÃO DA LÍNGUA: UM MOLDE PARA O PRECONCEITO

Partindo do pressuposto da assimilação contextual inserida na variação da língua, pode-se deduzir que o Brasil é um país plurilíngue, em que a diversidade linguística e cultural exerce tamanho papel na sociedade. Com efeito, afirmar que uma variedade é inferior a outra, constitui uma maneira de estigmatizar e preconizar a língua do falante.

O sentimento de repulsa frente ao modo como os falantes utilizam sua língua ainda é muito vigente no cotidiano. Muitas pessoas acabam por menosprezar a maneira usual e natural de o falante expressar-se. Em concomitância a isso, a sociedade e o ambiente escolar ainda concebem as variações linguísticas como erro na utilização da língua materna pelos falantes. Para aceção deste estudo, faz-se necessário compreender preconceito como sendo “a atitude de lançar um juízo prévio e pronto sobre um fato, uma pessoa ou um grupo de pessoas antes de sequer entrar em contato com o fato ou com a pessoa/grupo – parece ser algo inerente ao ser humano que vive em sociedade” (BAGNO, 2017, p. 374). Isto é, fazer um juízo de valor sobre alguém, sem antes analisar sobre o contexto sócio-cultural envolvido.

De acordo com Bagno (1999), o preconceito linguístico está baseado, sobretudo, na crença da existência única da língua portuguesa, que é ensinada nas gramáticas escolares. A priori, averigua-se que qualquer manifestação linguística que foge do tripé – escola, gramática, dicionário – é analisado pela visão do preconceito, como sendo errada, rudimentar e usada por quem não sabe fazer uso do português.

Trazendo para o envoltório das variações linguísticas, depreende-se que estas são fontes ao repúdio e preconceito, pois, na maioria das vezes, estabelecem-se uma relação mútua entre as variedades falada e as pessoas de posição estigmatizada pela sociedade. Todavia, observa-se que mesmo os falantes detentores de conhecimento sobre a norma culta não utilizam a língua intrinsecamente como é posta na gramática normativa.

A língua, por ser uma construção social, ocorre como o ciclo da vida humana: com o tempo, uns se vão e outros emergem, assim acontece naturalmente com a língua. Isso ocorre, por tratar-se de uma manifestação social e histórica, sendo resultado da sua heterogeneidade linguística. Para Faraco (2008, p. 160),

Será preciso também compreender sua realidade sociocultural e histórica, a língua como um conjunto múltiplo e entrecruzado de variedades geográficas, sociais, estilísticas, de registro e de gêneros textuais e discursivos. Isso implica entender a língua como diretamente relacionada com a vida e a história dos diferentes grupos sociais que a utilizam.

Desse modo, diante das nuances linguísticas, é preciso haver um enfrentamento crítico-reflexivo para difusão de um diálogo maior em torno de algumas práticas, que antes enaltecem a disseminação do preconceito, ao invés de explicar as diferentes formas que o falante pode utilizar a fim de atribuir valor discursivo e social a sua interação.

As diferenças linguísticas são peculiares em qualquer ambiente social, especialmente no Brasil, que conta com uma biodiversidade inquestionável, seja do ponto de vista geográfico, cultural, climático, étnico e outros. Conforme Mollica (2014, p. 27-28), “em contexto desse tipo, afigura-se idealmente uma nação multiétnica, com grupos socioculturais conscientes da cultura e identidade linguísticas locais, imbuídos de sua inserção nacional”.

Tendo isso, observamos a necessidade em analisar o contexto cultural nacional, para não adotarmos quaisquer juízos de valor sobre grupos linguísticos, pois estes se constituem como falantes competentes da língua, assim como os demais. A sociolinguística estabelece que não há língua ou variedade ruim ou até de difícil entendimento, mas sim aptas aos papéis que deseja atingir no contexto de sua produção, como assegura Camacho (2006, p. 68), para quem “todas as línguas e variedades de uma língua são igualmente complexas e eficientes para o exercício de todas as funções a que se destinam; e que nenhuma língua ou variedade dialetal impõe limitações cognitivas na percepção e na produção de enunciados”.

Da mesma forma, Mollica (2017) assegura que as práticas de inferiorizar a diversidade linguística estão difundidas em diretrizes una do correto/errado vinculado ao padrão culto. Em contrapartida, às vezes até de modo indesejado, omitem o fato de as variantes distinguirem-se da oralidade para escrita, visto que o falante utiliza de mecanismo linguístico, ou veículos de informação com objetivos proposto para cada ato linguístico. Por meio dessa concepção, sob o viés da variação diamésica, os sujeitos fazem uso de recursos diferentes, dependendo do meio utilizado para propagar a informação.

Se o falante age em acordo com a situação comunicativa, contextual e histórica da língua, então conceber sua variedade como errada não passa de um modo primitivo de conceber a língua, como postula Alkmim (2006, p. 42)

As diferenças linguísticas, observáveis nas comunidades em geral, são vistas como um dado inerente ao fenômeno linguístico. A não aceitação da diferença é responsável por numerosos e nefastos preconceitos sociais e, neste aspecto, o preconceito linguístico tem um efeito particularmente negativo.

Assim, a presença de variedades estigmatizadas no português brasileiro resulta de inúmeras diferenças econômicas e sociais, como observado por Bagno (1999, p. 28-29):



São essas graves diferenças de status socioeconômico que explicam a existência em nosso país de um verdadeiro abismo linguístico entre os falantes das variedades estigmatizadas do português brasileiro (moradores da zona rural ou das periferias das grandes cidades, miseráveis ou pobres, analfabetos ou semi-analfabetos) – que são a maioria de nossa população – e os falantes de variedades prestigiadas (moradores dos centros urbanos, mais escolarizados e de poder aquisitivo mais elevado).

Tanto na escrita como na oralidade, o modo “correto” de utilizar a língua é baseado na norma padrão. Esta se destaca como detentora de maior prestígio social, produto da sociedade dita letrada e da herança colonial. Nessa direção, para Bortoni-Ricardo (2005, p. 14)

O prestígio associado ao português padrão é sem dúvida um valor cultural muito arraigado, herança colonial consolidada nos nossos cinco séculos de existência como nação. Podemos e devemos questioná-lo, desmistificá-lo e demonstrar sua relatividade e seus efeitos perversos na perpetuação das desigualdades sociais, mas negá-lo, não há como.

O “erro” se funde em conformidade com o estrato social dos falantes, a classe social, o grau de formação, o espaço físico, tudo isso contribui para a elevação do preconceito. Entretanto, os falantes são a representação do que falam, não sendo apenas influenciados por aspectos internos, mas, principalmente, por aspectos externos ao indivíduo. Então, não há motivos para condenar o modo de falar de alguns se considerarmos o ambiente situacional do falante e, ainda, a assertiva de que todos nós somos aptos a usar a língua.

Às vezes, o preconceito linguístico é disseminado porque as pessoas acreditam que determinada maneira de falar só pode ser “cultura” se vier acompanhada de classes de maior prestígio social, como aponta Bagno (2003, p. 58-59)

Quando dizemos que uma pessoa é muito “cultura”, que tem muita “cultura”, estamos dizendo que ela acumulou conhecimentos de uma determinada modalidade de cultura, uma entre muitas: no caso, a cultura baseada numa escrita canonizada, a cultura livresca, a cultura que é fruto da produção intelectual e artística valorizada pelas classes sociais favorecidas, detentoras do poder político e econômico.

Nesse aspecto, o autor acima, explica que a noção de erro, pela análise sociológica e antropológica, não tem ligação direta com a linguística, mas trata, antes, de uma inferiorização do sujeito baseada em atributos sociais.

Na mesma direção, afirma-se que atitudes negativas em relação à manifestação da linguagem concebida pelo falante têm contribuição de fatores externos a esta, como destaca Mollica (2014, p. 37)

O valor atribuído às estruturas linguísticas é relativo. Em geral, conferimos positividade ou negatividade à linguagem do usuário segundo crenças e atitudes, em razão de fatores e propriedades fora da linguagem, e a avaliação que fazemos tem como ponto de partida um modelo cujos critérios de configuração são parciais e não abrangem todas as variedades linguísticas. Eis as principais razões pelas quais criamos estigmas sociolinguísticos e avaliamos pré-concebidamente os falantes.

O posicionamento da existência de um único modelo correto de manifestar a língua consiste em um preceito estabelecido pela gramática, considerando, nesse âmbito, a escrita. Esse pensamento contrapõe e desfavorece o prestígio das variedades linguística presentes na língua falada. Sendo assim, muitos, além de menosprezar à maneira como o outro fala, desconsidera também sua língua, enquanto construção de variedades. Conforme compreende Bagno (2003, p. 75-76).

A situação linguística do Brasil é ainda mais dramática. Os brasileiros urbanos letrados não só discriminam o modo de falar de seus compatriotas analfabetos, semi-analfabetos, pobres e excluídos, como também discriminam o seu próprio modo de falar, as suas próprias variedades linguísticas. Podemos dizer, portanto, que o preconceito linguístico no Brasil se exerce em duas direções: de dentro da elite para fora dela, contra os que não pertencem às camadas sociais privilegiadas; e de dentro da elite para ao redor de si mesma, contra seus próprios membros.

Visando isso, observa-se a necessidade de explanação acerca das variedades no ensino, pois o norte desta reflexão está pautado no contexto usual da língua, considerando seus pilares de oralidade e escrita, isto é, partindo sempre de atividades funcionais em que a língua é empregada. Partindo da compreensão em sala de aula, o aluno irá levar essa abordagem para sua vida em sociedade, como apontado por Mollica (2014, p. 68)

Assim como os conteúdos de Língua Portuguesa se articulam em torno do uso da língua oral e da língua escrita, da reflexão sobre a língua e a linguagem, a variação linguística deve ser igualmente abordada focalizadamente, de forma que dois eixos básicos sejam articulados no processo de construção do conhecimento: texto e exercício, sempre a serviço da consciência crítica sobre a linguagem em uso.

A pouca compreensão sobre a pluralidade linguística e suas variações coopera para manutenção da estigmatização social no falante, mais por questões de ordem social, econômica e aspectos extralinguísticos, do que por falta de instrução no falante em conceber sua língua. Dessa forma, não existem maneiras corretas ou incorretas na utilização das variedades da língua, mas aspectos linguísticos diferentes em conformidade com os meio de oralidade e escrita de determinada ocasião comunicativa.

Neste capítulo, discutimos a abrangência acerca da diversidade linguística existente nos diferentes atos de efetivação da língua. Assim, é oportuno mostrar que as variações presentes não podem ser concebidas como maneiras utilizadas por falantes que pouco sabem manifestar sua língua, mas são maneiras pertinentes e distintas a cada comunidade linguística, haja vista o fato de que considerar apenas uma única vertente de exposição da língua como correta é, antes de tudo, um modo de implantar e disseminar o preconceito linguístico.

#### 4 PERSPECTIVA DE ORALIDADE E ESCRITA

Na humanidade, a invenção da escrita marca a divisão entre o período da pré-história para a história, uma vez que antes, o registro das expressões humanas constituía-se através de pinturas rupestres e outras manifestações que expressassem o pensamento humano daquela época, aproximadamente em 3500 a.C., período em que a pré-história finda.

Segundo Coulmas (2014), as primeiras manifestações da escrita surgiram na cidade-estado grega, datando o século VIII a.C. Em virtude da necessidade de transações comerciais, nesse período começou a surgir o registro escrito, como em vasos de cerâmica (óstracos). Assim, houve cada vez mais a necessidade de o ser humano manter a escrita como objeto de identidade em seu cotidiano, até mesmo pelo fato de ser uma fonte de memória histórica. Com base em Marcuschi (2003, p. 23), “a escrita surgiu pouco mais de 3.000 anos antes de Cristo, ou seja, há 5.000 anos. No Ocidente, ela entrou por volta de 600 A.C., chegando a pouco mais de 2.500 anos hoje”.

A fala, por sua vez, é mais espontânea, adquirida no convívio familiar, ao passo que a escrita, normalmente, é aprendida e desenvolvida no ambiente escolar. Assim, as duas possuem características próprias, mas que pertencem a um mesmo sistema linguístico, conforme entende o pensamento de Marcuschi (2003). Por conseguinte, tem-se a falsa ideia de que a escrita possui maior valia e status, em detrimento da fala, que geralmente é menos elaborada e espontânea. Sobre isso, Bagno (2007) adverte que essa dicotomia origina a estigmatização da língua falada, considerando-a como sem normas, caótica, enquanto a escrita é concebida como detentora de toda uniformidade gramatical, já que possui maior prestígio.

Coulmas (2014) observa que a língua escrita é um dos veículos principais para a disseminação da educação e, por isso, tende a ser estabelecida como o modelo ideal na concepção da língua, o que fortalece a ideia de que os dialetos falados são maneiras e desvios caóticos de nível inferior, produto da oralidade.

A partir da observância comunicativa em sociedade, Marcuschi (2003), expõe a fala como uma produção textual-discursiva que atinge a finalidade da comunicação oral, através do aparato sonoro humano. Para isso, não é necessário utilizar métodos de uma tecnologia como ocorre na escrita, mas, sim, modalidades de expressão própria do ser humano como o aspecto sonoro, gestos, movimentos corporais e a mímica. Em contrapartida, a escrita também é um modo de produção textual-discursiva que utiliza recursos gráficos, com suas especificidades

materiais, situada no plano do letramento humano, e dispõe da sua tecnologia, como a escrita alfabética e ideográfica<sup>3</sup>.

Pode-se afirmar que tanto a oralidade como a escrita possuem seu papel no uso da língua. Logo, entende-se que “a escrita e a fala se desenvolveram ao longo de linhas muito diferentes e em resposta a necessidades funcionais diversas” (COULMAS, 2014, p. 70). Desse modo, constata-se, que todo falante é competente linguisticamente para se expressar em sua comunidade de fala, já que este possui uma norma característica da sua comunidade. Faraco (2008, p. 35), compreende-se norma como “determinado conjunto de fenômenos linguísticos – fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais – que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala”. Logo, norma está veiculada a aspectos linguísticos que são habituais em determinado ambiente linguístico.

Nessa vertente, Marcushi (2003) ainda explica que, a oralidade, mesmo considerando sua primazia em relação à escrita, não é superior a esta ou o contrário, mas cada uma tem sua função na língua. A escrita, por sua vez, não pode ser considerada como representação da fala, visto que é falha quanto à reprodução de alguns elementos da oralidade, como os gestos, os movimentos corporais, a prosódia e outros. A escrita é, por conseguinte, constituída de mecanismo, de significação própria, como a questão da representação gráfica da letra, tipos de letras, cores e formatos. Nessa direção, para Marcushi (2003, p. 25), “a oralidade seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos de uso”.

Então, a oralidade destaca-se como uma perspectiva interacional que está em acordo com o gênero textual, assim como o contexto situacional de uso, enquanto a escrita compreende uma maneira específica de produção que ocorre através da elaboração gráfica das palavras.

A escrita seria um modo de produção textual-discursiva para fins comunicativos com certas especificidades materiais e se caracteriza por sua constituição gráfica, embora envolva também recursos de ordem pictórica e outros (situa-se no plano dos letramentos). Pode manifestar-se, do ponto de vista de sua tecnologia, por unidades alfabéticas (escrita alfabética), ideogramas (escrita ideográfica) ou unidades iconográficas, sendo que no geral não temos uma dessas escritas puras. Trata-se de um modalidade de uso da língua complementar à fala (MARCUSHI, 2003, p. 26).

---

<sup>3</sup>Escritas ideográficas ou ideogramáticas são os sistemas em que os grafemas fazem referência a morfemas e não a fonemas. Os grafemas representam, então, ideias, noções e não mais porções fônicas da cadeia falada. DUBOIS (1983, p. 329)

Dessa maneira, entre o escrito e o falado existe uma alteração de planejamento, de modo que na produção do texto escrito, podemos projetar sua estruturação e organizá-lo de forma a prezar pela linearidade do tema discutido. Os textos falados, geralmente, tendem a ser organizados à medida que é elaborado no contexto de produção e, assim, podem sofrer alteração no decorrer da sua explanação, conforme explicitam Ilari e Basso (2011).

#### **4.1 Uma compreensão da variação diamésica**

Na conjuntura atual, é inviável estudar a oralidade e a escrita desvinculada do seu contexto de utilização. Nesse viés, denota-se que estas são práticas comunicativas e artefatos sociais imersos na realidade usual da língua. Desconsiderá-las seria omitir suas funções na vida dos falantes, de modo que é necessário, antes de tudo, conhecer os papéis desempenhadas por ambas em seus contextos de uso, para que não venhamos a discriminar seus usuários, segundo elucida Marcushi (2003).

Neste trabalho, enfatizamos a variação que enfoca aos vários mecanismos de expressão utilizados na língua, denotado na variação diamésica, a qual concerne “as profundas diferenças que se observam entre língua falada e a língua escrita” (ILARI, BASSO 2011, p. 181). Nesse sentido, compreendemos a dimensão situacional pertinente ao uso da oralidade e da escrita nos diferentes âmbitos linguísticos.

Desse modo, o mesmo autor afirma que existe uma diferença crucial entre o escrito e o falado, em virtude de que existe a questão do planejamento. No texto escrito, o emissor pode organizar e ajustar seus dizeres e, dependendo da situação, pode até ser reelaborado. Já o texto falado é planejado ao modo que são pronunciados, de tal modo que, às vezes, o falante diz expressões que deveriam ter sido omitidas, a depender do ambiente discursivo, como entendem Ilari e Basso (2011).

Salientamos, ainda, que as diferentes maneiras discursivas escritas e não escritas abrangem os recursos linguísticos pertinentes as suas finalidades comunicacionais, como afirma Coulmas (2014, p. 68)

Qualquer contexto sociolinguístico abarca formas de discurso escritas e não escritas que, tomadas em conjunto, numa divisão do trabalho com funções específicas, constituem a totalidade dos recursos linguísticos da comunidade e se combinam para satisfazer suas necessidades comunicacionais.

Na variação diamésica, é pertinente elucidar a questão do gênero discursivo em que circunda esta variação, haja vista o fato de este possuir perspectivas diferentes, na maneira como

é constituído em cada situação discursiva, pois, o modo como é escrito, a formalidade de um trabalho científico, distingue-se de uma escrita utilizada em determinada conversação com um grupo de amigos, em um ambiente informal de interação. Sobre isso, Ilari e Basso (2011, p. 185), adverte-se que, “conforme o gênero a que pertencem, os textos, sejam eles falados ou escritos, apresentam um vocabulário e uma gramática próprios”.

Em suma, na dimensão da variação diámesica, é pertinente distinguir os meios de informação da oralidade e da escrita, visto que ambas possuem funções diferentes de organização e realização. É preciso, pois, considerar o gênero veiculado para atingir as expectativas funcionais desejadas pelo falante.

#### **4.2 O âmbito de variação estilística**

Como sabemos, a língua é multifacetada e apresenta mudanças e transformações com o tempo, o que nos possibilita afirmar que a variação é fruto das realizações sociais, da linguagem, a qual não possui uniformidade em suas formas.

No âmbito de comunicação humana, pode-se, assim, realizar uma conversação, interação com outro, buscando atingir as situações exigidas e habituais daquele campo interacional, isto é, nós nos comportamos de modo diferente de acordo com o ambiente. Uma pessoa que está em um congresso ministrando uma palestra, por exemplo, sabe que esse ambiente contextual exige uma postura, um grau maior de formalidade, diferente de estarmos em família, ou com pessoas próximas e em ambiente corriqueiros, onde podemos utilizar de recursos da informalidade. Essa adequação ao ambiente de interação Camacho (2006, p. 60), nomeou como variação estilística ou de registro:

Resultado da adequação da expressão às finalidades específicas do processo de interação verbal com base no grau de reflexão do falante sobre as formas que seleciona para compor seu enunciado. O grau de reflexão é proporcional ao de formalidade da situação interacional: quanto menos coloquiais as circunstâncias, tanto maior a preocupação formal.

Por conseguinte, Bagno (2007) explicita que as atitudes de maior ou menor grau de formalidade estão interligadas com o que ele destaca por monitoramento estilístico, caracterizado em uma escala que oscila entre o grau mínimo e o grau máximo de monitoramento, em acordo com o comportamento verbal do indivíduo. Assim, o monitoramento da fala refere-se às instruções adquiridas nas normas sociais inseridas no campo

cultural, enquanto o monitoramento da escrita concerne ao grau de letramento do sujeito, bem como do seu conhecimento na leitura e escrita.

Dessa maneira, a variedade apresentada nas línguas é resultante das suas funcionalidades, da sua heterogeneidade. Segundo Preti (2003), os fatores situacionais, extraverbais, corroboram na disseminação do processo interacional, como também o lugar, o espaço em que o falante está inserido, as relações de familiaridade entre os falantes e o tempo utilizado nos decorrer dos atos de fala são aspectos relevantes que circundam as variações na linguagem.

Sendo assim, a variação estilística evidencia a habilidade que o falante possui em utilizar um estilo da linguagem pertinente a cada situação discursiva e ocorre na ocasião de dois aspectos: nível de fala ou registro formal. O primeiro é empregado em ambientes em que o falante possui mais familiaridade, logo menos monitorado; enquanto o registro formal ocorre em terreno que pressupõe o viés formal, logo o grau de monitoramento é maior. Conforme explicita Preti (2003, p. 38),

As variações quanto ao uso da linguagem pelo mesmo falante, em função das variações de situação, podem ser de duas espécies: nível de fala ou registro formal, empregado em situações de formalidade, com predominância da linguagem culta, comportamento mais tenso, mais refletido, incidência de vocabulário técnico; e nível de fala ou registro coloquial, para situações familiares, diálogos informais onde ocorre maior intimidade entre os falantes, com predominância de estruturas e vocabulário da linguagem popular, gíria e expressões obscenas ou de natureza efetiva.

O falante de uma língua e suas variedades pode oscilar na utilização de aspectos linguísticos, oriundos da diversidade ou da uniformização desta. Em vista disso, o sujeito que utiliza meios de comunicação distintos conforme a oralidade ou a escrita deve estar atento ao ambiente situacional de interação, já que “assim, a oposição diversidade/uniformidade mantém a língua num contínuo fluxo e refluxo: de um lado, uma força diversificadora, constituída pelas falas individuais, em sua interação com fatores extralinguísticos; de outro, uma força disciplinadora, prescritiva, nivelando os hábitos linguísticos (PRETI, 2003, p. 48)”.

Com base na discussão realizada, constata-se que a variação estilística caracteriza na adequação que o falante faz da língua em conformidade com a situação comunicativa. Nessa vertente, a oralidade e a escrita possuem enfoques distintos, já que o grau de monitoração da oralidade pode ser menor em relação à escrita, dependendo do contexto situacional em que forem utilizadas.



## 5 METODOLOGIA

Este trabalho utiliza uma pesquisa qualitativa de natureza interpretativa pelo viés etnográfico, assim esta abordagem possibilita meios que favorece a fundamentação adequada para demonstração da língua enquanto resultado das interferências sociais. Dessa maneira, a referida pesquisa tem por objetivo averiguar a desconstrução do preconceito linguístico a partir da compreensão da variação diamésica, isto é, dos meios distintos empregado na efetivação da oralidade e da escrita durante os usos linguísticos.

Para Bortoni-Ricardo (2008), o conceito de pesquisa qualitativa concerne em compreender e interpretar aspectos sociais imerso em determinado contexto. E assim, sedimenta-se com base no interpretativismo, que segundo a mesma autora, não existe possibilidades de analisar o mundo sem considerar o ambiente e suas práticas sociais. Dessa forma, concebe que o paradigma interpretativista veicula uma investigação do mundo considerando para isso, as práticas sociais e seus respectivos campos de significação. Sobre o enfoque da pesquisa qualitativa compreende-se a seguinte assertiva

A pesquisa de natureza qualitativa é aquela que permite que o acadêmico levante dados subjetivos, bem como outros níveis de consciência da população estudada, a partir de depoimentos dos entrevistados, ou seja, informações pertinentes ao universo a ser investigado, que leve em conta a ideia de processo, de visão sistêmica, de significações e de contexto cultural” (SANTOS, CANDELORO, 2006, p. 71).

Na realização desta pesquisa de abordagem qualitativa foi utilizado o grupo focal, que se trata de método de análise vinculado a um grupo de participantes. Sobre esta técnica de pesquisa, adverte-se que, “a técnica dos grupos focais é assentada nas interações grupais, que empreendem discussões com um determinado foco, a partir de um roteiro de questões previamente elaboradas” (SANTOS, CANDELORO, 2006, p. 80).

Desse modo, a construção do *corpus* desta pesquisa foi feita com a aplicação do grupo focal, através do recrutamento aleatório de estudantes ingresso no primeiro período do Curso de Letras-Português da Universidade Federal do Piauí, *Campus* de Picos. No âmbito de análise e averiguação dos dados, a pesquisa qualitativa, conforme Acevedo e Nohara (2009), consiste em um método investigativo que possibilita investigar um caso em profundidade por meio de entrevista, grupo de foco, análise de discurso e outros.

A pesquisa qualitativa e interpretativa pelo viés etnográfico constitui-se pelo caráter interpretativo acerca das questões investigadas e não da análise objetiva e numérica presente na pesquisa quantitativa. Sobre esta vertente etnográfica é ressaltado que

Na pesquisa etnográfica – ao contrário de pesquisas que seguem outras metodologias, ou mesmo, outros paradigmas –, não há uma divisão rígida entre a fase inicial de observação para coleta de dados e fase de análise. A pesquisa tem sempre caráter interpretativo e se inicia com algumas perguntas exploratórias, postuladas com base na leitura da literatura especializada, na experiência de vida e no senso comum do pesquisador (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 72).

Nesse sentido, a língua enquanto fenômeno social caracteriza pela influência da diversidade linguística, histórica, geográfica e cultural existente no Brasil. Com isso, neste estudo objetivamos analisar a desmistificação do preconceito linguístico, por meio da vertente de variação diamésica, a qual postula à apreensão de meios interacionais distintos da oralidade a escrita. Com relação a fundamentação teórica deste trabalho, apoiamos em autores dos estudos sociolinguísticos, tais como: Bortoni-Ricardo (2005, 2008), Mollica (2014, 2017), Bagno (1999, 2003, 2007), Alkmim (2006), Calvet (2002), Marcuschi (2003), Faraco (2005, 2008), Ilari e Basso (2011), Preti (2003), Coulmas (2014) e outros, que fomentaram uma discussão pertinente para esta pesquisa.

Para esta análise, contamos com cinco participantes, sendo um homem e quatro mulheres, todos eles recrutados de modo aleatório dentre os demais discentes da turma. Eles possuem a faixa etária de dezoito anos, três deles são do Ceará e dois são naturais do interior do Piauí. A realização do grupo focal ocorreu no dia onze de abril, às quinze horas, em uma sala da UFPI, tendo o acompanhamento do professor orientador.

A princípio, na demonstração do corpus da pesquisa foi realizado uma entrevista com os participantes, em que responderam a quatro perguntas, sem que exigíssemos quaisquer aspectos de adequação ou formalidade no uso da língua, de tal modo suas respostas aconteceram naturalmente, conforme o que cada um ponderou necessário explicitar. No segundo momento, pedimos que redigissem um texto relatando como está sendo a experiência com o curso de letras, na UFPI. Com isso, abordamos tanto a questão do uso da oralidade como da escrita, para assim compreendermos como acontece a execução da variação diamésica, tanto quanto o entendimento do preconceito linguístico na percepção dos participantes da pesquisa.

## 6 UMA ABORDAGEM COMUNICATIVA DA ORALIDADE PARA ESCRITA

Neste capítulo, apresenta-se a análise dos dados. Assim fazemos uso da explicitação dos diálogos, adquiridos com a pesquisa de campo. Para isso, captamos as informações, por meio de uma entrevista com os participantes, seguido do protocolo verbal escrito, perspectivas que fundamentam a metodologia utilizada durante a efetivação do grupo focal.

Dessa forma, nosso objetivo trata de investigar, através de protocolo verbal presente na interação oral e protocolo escrito, a variação diamésica nos alunos ingressantes no Curso de Letras, considerando a concepção desses discentes acerca da oralidade e da escrita, essenciais na desmistificação do preconceito linguístico.

Na sedimentação das vozes dos nossos colaboradores, o perfil sociolinguístico foi mostrado por meio, primeiramente, de quatro perguntas durante uma conversa com o grupo de estudantes. Em seguida, recomendamos que eles, através de um texto escrito, relatassem como está sendo o primeiro contato no curso de Letras da Universidade Federal do Piauí, *Campus Senador Helvídio Nunes de Barros*, em Picos.

Nesse âmbito, trabalhamos o perfil sociolinguístico dos alunos, à medida que abordamos perspectivas comunicacionais, que envolvem tanto a oralidade como a escrita. Nessa abordagem, postulamos duas formas de registro, a saber: o primeiro concebido através do protocolo oral, cujas informações foram adquiridas por meio de perguntas (entrevista) ao grupo de alunos; e o segundo momento, explicitamos o trabalho com a escrita, cuja análise diz respeito à produção escrita de um texto.

### 6.1.1 Da fala para escrita – participante 1, 18 anos

#### **Fale por que você escolheu o Curso de Letras/Português, na UFPI.**

O participante falou que licenciatura sempre foi seu sonho, pensava, inicialmente, em história ou geografia. Porém, no segundo ano do ensino médio, estudando o romantismo, decidiu que seria Letras, o curso da sua vida. Com isso, fez o ENEM e obteve êxito na aprovação para cursar Letras/Português.

#### **Conte sobre sua experiência com a escrita, após ingresso na UFPI.**

Este considera à escrita como uma atividade que era obrigatória na sala de sala, todavia durante o Ensino Médio buscou aprimorar o desenvolvimento desta, tendo em vista o Enem que iria realizar futuramente. Constatou que, após o ingresso, observou que tem certa

dificuldade na hora de organizá-la, mas que irá aperfeiçoando com o decorrer do curso. Essa dificuldade no momento da construção do texto pode ser discutida considerando que a escrita trata-se de uma manifestação da língua em textos guiada por um padrão. Como expõe Coulmas (2014, p. 80), “a língua escrita se manifesta em textos, não necessariamente numa língua de prestígio ou variedade aprendida, mas normalmente a produção de textos é guiada por um padrão”. Sendo assim, pode-se concluir que o participante precisa considerar em seus usos linguísticos, à diferenciação veiculada na variação diamésica, haja vista esta considerar a percepção de meios diferentes na fala e na escrita.

### **Como você distingue oralidade da escrita?**

O participante afirmou que distingue a oralidade da escrita, visto que na língua falada, ele considera o princípio da comunicação, isto é, se houver comunicação e atingir os objetivos almejados é o que importa. Quanto à escrita, postula que dependendo da situação comunicativa ou da intenção do falante, esta precisa estar em acordo a norma-padrão da língua. Desse modo, segundo o participante, na língua falada um tanto que “dispensamos a norma-padrão”, em contrapartida, na escrita, é necessário ter uma atenção maior no que concerne a norma-padrão da língua dependendo do gênero proposto, bem como o uso da concordância no texto e outros aspectos. Ressalta ainda, a preocupação em omitir o uso de gírias na escrita, todavia quando está escrevendo algo mais simples e informal é adepto da oralidade dentro da escrita, como ressalta o uso de um “oxente” “um marmino” ou algo do tipo.

Nessa conjuntura, a posição do participante dialoga com Marcuschi (2003), cujo pensamento postula à fala como sendo uma manifestação da oralidade, adquirida no convívio diário, em contextos informais e nas relações sociais, estabelecidas desde o nascimento do falante. É, ainda, uma maneira que a língua natural se manifesta, enquanto meio cultural e de socialização entre os sujeitos. Em contrapartida, a escrita é compreendida como aspecto formal do letramento e adquirido em instituições formais, como a escola.

### **Em uma ocasião de informalidade, durante uma conversa com familiares ou amigos, por exemplo, alguém já lhe corrigiu ou falou que você não sabe fazer uso da língua? Como ocorreu isso?**

O participante falou tanto que foi corrigido como já corrigiu outra pessoa. A primeira correção se deu porque ele escreveu em uma conversa no WattsApp “mel” com “u”, e seu interlocutor achou que ele não sabia fazer uso da língua. O segundo se deu quando um amigo fez o uso do verbo *jogarão* no futuro do presente para inferir uma ação que havia sido realizada.

Nesse enfoque, observamos a influência de aspectos extralinguísticos na língua falada ou escrita, conforme discutido na abordagem teórica deste trabalho, conforme Bagno (2007) e Mollica (2014). Para o primeiro autor, alguns fenômenos podem auxiliar na compreensão da variação linguística, tais como: origem geográfica, ou seja, pessoas de regiões distintas tendem a variar o uso da língua; *status* socioeconômico, que postula a discrepância do modo de falar em detrimento do nível de renda; grau de escolaridade, justificado pela diferenciação dos usos linguísticos conforme o maior ou menor acesso as práticas de letramento; a idade, tendo em vista que pessoas com idades diferentes podem constituir um repertório linguístico diferente de outros; sexo, pois, homens e mulheres utilizam expressões distintas, conforme o sexo; e ainda redes sociais, que concerne na influência do comportamento linguístico utilizado por sujeitos que partilham de um mesmo ambiente de informação.

O texto escrito pelo participante segue abaixo, fiel à forma que ele escreveu:

*Ótimo curso. Colegas ótimos e que estão sendo uma segunda família. Espero que ao decorrer do curso eu me torne uma pessoa melhor e um ótimo profissional. Até agora amo todos os professores e todas as matérias. O TCC já está tomando uma parte relativamente grande da minha atenção.*

*Nos quase dois primeiros meses de curso, **adquirí** insônia fruto das preocupações quase sempre excessivas. No entanto, a preocupação é válida e **demostro** que me interesso pelo diploma.*

*No fim da licenciatura e almejo bons rendimentos acadêmicos e que tenha superado as dificuldades de se estar longe de casa.*

O participante no protocolo verbal escrito relatou como está sendo a experiência inicial com o curso. Também, apresentou aspectos positivos e demonstrou grande empenho pelo curso. No texto em si, pode-se constatar a influência da oralidade durante a escrita do discente, pois a palavra “**adquiri**” está acentuada, denotando que, às vezes, o modo como utilizamos a língua em situações de oralidade pode interferir no momento da escrita. Dessa forma, é necessário compreender que o âmbito da escrita carece de uma apropriação maior da norma-padrão conforme veicula o gênero utilizado na língua. Logo, aplica-se o conceito de monitoração, em que o falante tem uma atenção quanto o grau de informalidade e de formalidade envolvida por determinada situação a qual faz uso da língua.

Outra peculiaridade apresentada durante a escrita do participante concerne à grafia da palavra “**demostro**”, grafada sem o “n”. Esse fato, além da interferência da oralidade na escrita, adverte-se também a compreensão de um conceito dos estudos fonéticos, denominados de mudança por analogia.

Consoante Faraco (2005), os linguistas nomeados como neogramáticos, desde o final do século XIX, postularam estudos acerca da analogia, que difere do caráter de regularidade compreendido pelas leis fonéticas. Nesse viés, a analogia consiste na interferência de paradigmas estruturais recorrentes no uso da língua, ao invés de outros menos utilizados. Para o autor:

Mudança por analogia significava, para os neogramáticos, alteração na forma fonética de certos elementos duma língua por força de seus paradigmas gramaticais regulares. Assim, quando uma mudança sonora afetasse um elemento qualquer e o resultado fosse a quebra de padrões gramaticais, haveria a possibilidade de “retificar” isso por meio da analogia, isto é, mudando a forma resultante de modo a torná-la coincidente com os padrões gramaticais regulares da língua (FARACO, 2005, p. 143-144).

Baseado nisso, constata-se que os falantes da língua têm pretensão de usar formas menos utilizadas, por outras comumente efetivadas nos contextos linguísticos. Esse aspecto colaborou na escrita do verbo “**demostro**”, sem a “n”. Esse fato ocorreu ocasionalmente, por analogia ao termo “mostro”, visto que foi aplicado com sentido de “mostrar”, “apresentar” interesse por algo: “demostro que me interesse pelo diploma”.

No encerramento do texto, o colaborador faz uso da conjunção aditiva “e”, eventualmente, ele pode ter “trocado” pelo pronome “eu”, tal uso não favoreceu a clareza das ideias, mas houve compreensão sobre a informação elucidada, como explicita o trecho: “no fim da licenciatura e almejo bons rendimentos acadêmicos e que tenha superado as dificuldades de se estar longe de casa”.

No protocolo oral, o participante demonstrou aptidão quanto à diferença da fala e da escrita. Contudo, a partir do protocolo verbal escrito, constata-se certa dificuldade na diferenciação da fala para escrita, pois, são perceptíveis marcas da fala no desenvolvimento do seu texto. Isso remete ao conceito da variação diamésica, que segundo Ilari e Basso (2011), veicula a percepção da diferença entre fala e escrita, sendo esta necessária por tratar da apropriação e distinção em si tratando do gênero escrito citado acima. O colaborador também afirmou que já foi alvo da estigmatização linguística, como também já criticou outro falante por ter manifestado uma grafia inadequada.

### 6.1.2 Da fala para escrita – participante 2, 18 anos

#### **Fale por que você escolheu o Curso de Letras/Português, na UFPI.**

A participante justificou que estava destinada, queria vir morar em Picos, como Letras era sua segunda opção e tinha em Picos, decidiu cursar.

#### **Conte sobre sua experiência com a escrita, após ingresso na UFPI.**

Esta direcionou a pergunta mais para prática da escrita, mencionou que sempre se deu bem com a escrita e a leitura, porém quando chegou ao Curso de Letras percebeu que talvez não fosse tão boa na escrita quanto pensava ser. Para tanto, acredita que a escrita é um processo de aprimoramento, e com o tempo irá desenvolvendo melhor essa prática.

#### **Como você distingue oralidade da escrita?**

Assim como o primeiro participante, esta retornou a afirmação de que o importante é que haja comunicação durante o uso da língua, que a mensagem seja transmitida. Mencionou também a questão das variações regionais, uma vez que, segundo a participante, o modo como falam, o léxico, por exemplo, no Ceará é diferente do Piauí.

Com relação ao campo lexical, Bortoni-Ricardo (2005, p. 110) expõe que “a riqueza lexical em determinada área semântica não resulta apenas das características do *habitat* da comunidade, mas decorre principalmente dos interesses, preferências e atitudes dos falantes de cada cultura”. Isto é, o modo de expressão lexical diz muito sobre a cultura de um povo.

Sobre essas variações regionais referida pela participante, Preti (2003), afirma que são marcas responsáveis pelo regionalismo efetivado em determinada comunidade linguística, utilizados nos dialetos e modos de fala locais. Ademais, essa variação ocorre porque a língua é uma construção de variedades, como expõe Faraco (2008, p. 31)

No plano empírico, uma língua é constituída por um conjunto de variedades. Em outras palavras, não existe língua para além ou acima do conjunto das suas variedades constitutivas, nem existe a língua de um lado e as variedades de outro, como muitas vezes se acredita no senso comum: empiricamente a língua é o próprio conjunto de variedades. Trata-se, portanto, de uma realidade intrinsecamente heterogênea.

De certo, é preciso compreender essas variações para que os estudantes do curso atendam seus fins comunicativos entre si. Segundo a discente, existe muita interferência regional na questão da fala, como exemplo, citou que existem expressões utilizadas por esta, que colegas da turma, naturais do Piauí, não compreendem, assim como acontece o inverso.

Ela também distingue a oralidade da escrita pela questão da padronização desta última. Desse modo, afirma que, às vezes, há influência da sua fala na escrita, mas procura dominar a norma-padrão. Essa capacidade de adequação da língua ocorre em virtude de comportamentos linguísticos manifestados pelo falante. A esse respeito, Bortoni-Ricardo (2014, p. 72) esclarece:

Outro aspecto importante é que, dependendo da situação em que estamos inseridos e do papel que ali estamos desempenhando, falamos e escrevemos de formas diferentes, lançamos mão da ironia ou da leveza. Um bom exercício é observar como nos comportamos linguisticamente quando estamos no papel de aluno e quando estamos no papel de professor, ou quando estamos no papel de pais e quando estamos no papel de filhos.

Sendo assim, averiguar-se, que dependendo da situação comunicativa, desempenhamos comportamentos linguísticos distintos. Conforme salienta Bortoni-Ricardo (2014), todos os falantes apresentam variações tanto na forma como falam quanto no modo como escrevem, e essas variações procedem de aspectos como: a idade, classe social, região de origem, escolaridade, sexo, religião e intenção do falante, do meio utilizado para interagirmos, como também de fatores imanente à própria língua.

Como resultado, a participante explicitou que compreende a dimensão da variação diamésica, que distingue a fala da escrita e procura monitorar as situações que exigem mais formalidade, isto é, exige uma apropriação maior da norma-padrão.

**Em uma ocasião de informalidade, durante uma conversa com familiares ou amigos, por exemplo, alguém já lhe corrigiu ou falou que você não sabe fazer uso da língua? Como ocorreu isso?**

A participante mencionou que já foi corrigida como também já corrigiu outros, porém não lembrava o momento, ressaltou ainda que é uma situação muito desconfortável, principalmente para quem é corrigido, como também não é necessário em uma situação de informalidade, o que coaduna com o que é proposto por Bagno (1999) e Alkmin (2006), que afirmam a inexistência de dizeres melhores ou piores, mas, sim, meios diferentes de utilização da língua em conformidade com a situação discursiva.



O texto escrito por ela segue abaixo:

*Perspectivas: Pretendo aproveitar tudo que o curso tem para me oferecer, para que eu possa me tornar uma boa profissional e influenciar positivamente as pessoas que me forem confiadas para repassar aquilo que aprendi e desenvolvi durante os quatro anos e meio.*

*Espero crescer e aprender junto com as pessoas que dividem sala de aula comigo, evoluindo assim, não só intelectualmente, como humanamente, capaz de ser alguém melhor e superar meus próprios limites.*

A participante destacou algumas perspectivas que almeja alcançar no decorrer da formação, assim como aproveitar todo o arcabouço de conhecimento ofertado na universidade para, posteriormente, partilhar com outros, durante o exercício da profissão docente.

Ela demonstrou o monitoramento da escrita, tendo em vista a diferenciação entre oralidade e escrita, assim como o âmbito de formalidade e organização exigido pelo gênero discursivo. Sobre esse campo de formalidade destaca-se a seguinte afirmativa:

As atividades escritas estão, em sua maioria, ligadas a contextos sociais marcado de formalidade, e os estudos sociolinguísticos mostram que há uma forte correlação entre situações formais e o uso preferencial de formas linguísticas mais conservadoras: o falante, para satisfazer às expectativas sociais, procura evitar nesses contextos formas próprias do vernáculo (FARACO, 2005, p. 26).

Dessa maneira, observa-se que a escrita, geralmente, requer um grau maior de formalidade, em detrimento da espontaneidade da língua falada. Assim, a participante manifesta essa preocupação na práxis do seu texto, de tal forma que foram utilizados recursos adequados à norma-padrão da língua. Só há a omissão de uma vírgula, durante a explicação dos objetivos que pretende alcançar no curso. A ausência do sinal de pontuação é manifestada na frase: “espero crescer e aprender junto com as pessoas que dividem sala de aula comigo, evoluindo, assim, não só intelectualmente, como humanamente...”.

Nessa perspectiva, Bagno (2007) compreende o enfoque de monitoramento estilístico, que concerne em uma escala contínua de monitoramento, o qual oscila do grau mínimo ao grau máximo. Para tanto, depende de contextos situacionais, tais como: a situação comunicativa, pode exigir maior ou menor formalidade, o ambiente pode ocasionar maior ou menor tensão psicológica, os interlocutores e o ambiente podem conferir maior ou menor pressão, o falante

pode apresentar maior ou menor insegurança ou autoconfiança, ou ainda ter maior ou menor familiaridade com a atividade comunicativa a ser desempenhada. Em síntese, constata-se que cada peculiaridade situacional vai requerer, do falante, uma organização maior ou menor do comportamento verbal.

Destarte, tanto no protocolo oral como no verbal escrito, a participante explicita certa distinção quanto à manifestação da fala e da escrita, visto que, na escrita, traz uma padronização das ideias, o que é peculiar a esse gênero textual. Por conseguinte, ressalta-se que a variação diamésica se faz presente no repertório linguístico da participante. Quanto à questão do preconceito linguístico, ela afirmou que já foi atingida, mas não recordava a situação, no momento em que foi realizada a pesquisa.

### **6.1.3 Da fala para escrita – participante 3, 18 anos**

#### **Fale por que você escolheu o Curso de Letras/Português, na UFPI.**

A participante afirmou que, dentro das licenciaturas, Letras-português era o que mais gostava, já teria feito vestibular, mas não obteve êxito, contudo a vontade de cursar licenciatura em Letras persistiu, até conseguir aprovação no Enem. A participante justificou esta escolha com questões familiares, por ocasião da sua irmã, a qual já morava em Picos, e a universidade também poderia oferecer um suporte maior em conhecimento, segundo ela.

#### **Conte sobre sua experiência com a escrita, após ingresso na UFPI.**

Ela relatou que sempre gostou de escrever, que recebia muitos elogios na escola, participava do concurso de poesia organizado pela escola, ainda hoje escreve poesia mas que guarda para si mesma. Demonstra que a escrita é uma atividade prazerosa que gosta bastante, porém que precisa melhorar porque às vezes passam despercebidos alguns erros gramaticais.

#### **Como você distingue oralidade da escrita?**

A colaboradora enfatizou que é muito adepta a questão de que não existe língua única, uma vez que sabemos das diversas variações existentes. Ao mesmo tempo, em sua fala, ela explicitou que tem um interesse por os estudos da sociolinguística, como relatou: “[...] inclusive uma área que gosto muito é a sociolinguística [...]”.

Bortoni-Ricardo (2005) postula que, outrora a variação linguística era concebida como ciência linguística marcando a ruptura da unidade do sistema, todavia, hoje, atende as finalidades comunicacionais, visto que expande a eficácia comunicativa e firma a identidade

social dos falantes. Sob o mesmo ponto vista, a participante relatou que não devemos julgar o outro pelo modo como fala, a partir do momento que o falante faz uso da língua e é compreendido pelo seu ouvinte, verifica-se que existe comunicação. Sobre esse posicionamento, Faraco (2008, p. 32) remete que “tendemos a dizer hoje, nos estudos científicos da linguagem verbal, que uma língua é uma entidade cultural e política e não propriamente uma entidade linguística”. Isto é, a língua não é formada apenas por aspectos estruturais, mas indubitavelmente por aspectos culturais e políticos.

Nesse sentido, salienta a apreensão do conceito de competência comunicativa, que consiste no conhecimento que o falante faz uso na sua comunidade de fala:

Tal habilidade do falante é parte de sua competência comunicativa (Hymes, 1972a), isto é, do conhecimento que lhe permite comunicar-se adequadamente em sua comunidade de fala e distinguir o que é apropriado do inapropriado em determinada interação. Essas regras pragmáticas, assim como as regras linguísticas, são internalizadas e acionadas através de mecanismos inconscientes. Em toda interação verbal, cada participante é capaz de ajustar-se às perspectivas de seu interlocutor ou a outras convenções determinadas pela cultura vigente (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 170).

Ela reconhece e distingue a fala regional do Ceará da escrita, da norma-padrão. Camacho (2006) conceitua norma-padrão como uma variedade da língua, logo não é um paradigma universal, mas uma das variedades mais prestigiadas e normalmente utilizadas em situações formais, que necessitam de uma linguagem mais técnica. Sobre esta variedade, Alkmim (2006, p. 40) afirma que:

A variedade padrão é a variedade linguística socialmente mais valorizada, de reconhecido prestígio dentro de uma comunidade, cujo uso é, normalmente, requerido em situações de interação determinadas, definidas pela comunidade como próprias, em função da formalidade da situação, do assunto tratado, da relação entre os interlocutores etc.

De tal modo, a participante reconhece a apropriação da norma-padrão em determinados contextos de comunicação, todavia salienta a importância das variações linguísticas nos ambientes sociais de comunicação. Dessa forma, a participante veicula certo conhecimento das variações linguísticas e concebe que, dependendo da situação comunicativa, existe uma diferenciação da escrita e da fala.

**Em uma ocasião de informalidade, durante uma conversa com familiares ou amigos, por exemplo, alguém já lhe corrigiu ou falou que você não sabe fazer uso da língua? Como ocorreu isso?**

A participante não lembrou nenhum caso em que foi corrigida, mas relatou uma ocasião em que ela corrigiu sua avó, pois esta haveria falado “nós vamo nos pico” e com isso, ela falou o modo “correto”. Nesse caso, a participante concebeu a língua enquanto aspecto homogêneo e como possuindo uma única forma de ser utilizada, estando esta vinculada à gramática normativa.

Contudo, hoje a participante ressalta que teve uma atitude errada diante da sua avó, e em virtude disso, justifica que ela sabe utilizar a língua falada assim como os demais falantes. Salaria, com isso, a existência da interferência de aspectos individuais, como a influência da faixa etária na variação utilizada pela avó durante o uso da linguagem informal e em contextos também informais. A manifestação linguística utilizada nesse contexto não denota que a falante tem pouca competência em utilizar a língua, pois “quando falamos diferente do outro não quer dizer que falamos melhor ou pior do que ele. Afinal, todos somos falantes de português e conseguimos nos comunicar independentemente da forma como falamos. Isso se dá porque todos sabemos nossa língua” (BORTONI-RICARDO, 2014, p.73). Sendo assim, todos os falantes são aptos a comunicar-se independente da variação apresentada. Contudo, a apropriação da língua está vinculada ao grau de letramento do falante, haja vista o fato de que nem todo sujeito possui esta inserção no âmbito da escrita. Para Bagno (2007, p. 46)

No caso do monitoramento da escrita, ele vai depender, é claro, do grau de letramento do indivíduo, isto é, o grau de sua inserção na cultura da leitura e da escrita. Uma pessoa que foi alfabetizada, mas não ultrapassou os primeiros anos da escola formal nem criou o hábito de ler e de escrever com frequência, certamente não vai dispor dos mesmos recursos de monitoramento estilístico de alguém que cursou a universidade, tem bom desempenho no domínio da escrita, conhece as convenções dos diferentes gêneros textuais, maneja um vocabulário mais amplo e diversificado etc. O grau de letramento elevado também favorece, é claro, a produção de textos falados mais monitorados, em que a pessoa tenta reproduzir na oralidade mais formal traços característicos dos gêneros textuais escritos mais monitorados.

Nesse enfoque, o grau de monitoramento depende da perspectiva de letramento que o falante possui, de tal modo este pode ou não monitorar suas práticas linguísticas. No caso explicitado pela colaboradora inferimos que ela reprimiu sua avó, tendo em vista o fato desta não utilizar recursos linguísticos presente na efetivação de textos de cunho formal.

Segue, abaixo, o trecho produzido pela participante:

*Perspectivas do curso: Meu primeiro contato com o curso de Licenciatura, na UFPI foi importante para um processo de **auto-avaliação**. Percebendo a presença de pessoas, alunos de diversas regiões do Nordeste, com objetivos e sonhos diferentes. Portanto, meu objetivo ao cursar Letras é a abrangência no mercado e suas diversas áreas de atuação. Com isso, pretendo ingressar em um mestrado posteriormente, trabalhando principalmente com a área da pesquisa. Espero aproveitar todas as oportunidades que a Universidade possa oferecer, desde bolsas de incentivo à pesquisa, palestras, debates e movimento estudantil.*

A colaboradora enfatiza as perspectivas a serem alcançadas ao longo do curso, fala do contato com o curso como uma oportunidade de avaliação do seu conhecimento. Relata o contato com pessoas de diferentes regiões, como também a abrangência oferecida no mercado de trabalho. Ela pretende aproveitar todas as oportunidades que a Universidade poderá oferecer-lhe.

No texto, é perceptível que a participante evita fazer uso de expressões veiculadas na oralidade, assim, busca distinguir o gênero escrito e atingir seus objetivos quanto à formalidade deste. Contudo, observa-se a ausência de um dos sinais de pontuação, omite a vírgula após o nome da instituição “UFPI”, necessária nesse caso para isolar o aposto explicativo, como se efetiva na primeira linha do seu texto: “Meu primeiro contato com o curso de Licenciatura, na UFPI, foi importante para um processo de auto-avaliação”. Também se explicita a inadequação da grafia no substantivo “**auto-avaliação**”, que segundo o atual acordo ortográfico, é escrita sem o hífen, “autoavaliação”, pois a palavra apresenta vogal diferente da empregada no término do prefixo.

Em síntese, no protocolo de interação oral, a participante concebe certo conhecimento acerca das variações linguísticas, assim como distingue a fala da escrita pelo fato de essa estar mais relacionada à norma-padrão. No que tange ao protocolo verbal escrito, observa-se que a participante distingue a fala da escrita e, satisfatoriamente, sabe utilizar ambas as modalidades da língua. No entanto, apresentou inadequação quanto ao emprego da norma-padrão na escrita.

Em consonância ao campo da estigmatização linguística, demonstrou que já fez correção da fala, considerando apenas os princípios da norma-padrão, todavia, hoje, reconhece que sua atitude foi equivocada diante da heterogeneidade linguística da língua.

#### **6.1.4 Da fala para escrita – participante 4, 18 anos**

##### **Fale por que você escolheu o Curso de Letras/Português, na UFPI.**

A participante afirmou que ser professor sempre foi seu sonho, porém não sabia de qual área. Como português era a disciplina com a qual ela mais se identificava, optou por Letras, e assim está cursando.

##### **Conte sobre sua experiência com a escrita, após ingresso na UFPI.**

A participante enfatizou que a escrita foi um dos aspectos relevantes considerado para cursar Letras, que gostava de escrever sobre diversos assuntos que envolvem questões sociais, sobre temas que possuía uma opinião formada e que produzisse reflexão no seu leitor. Afirmou que enxergou no Curso uma oportunidade para aprimorar o que já gostava de fazer que é “escrever”.

##### **Como você distingue oralidade da escrita?**

Constatou-se que a participante, antes, não distinguia totalmente a fala da escrita, pois foi destacada a influência de uma na outra. Ela afirmou que na hora de escrever já aconteceu de redigir a palavra disse com (i) no final: “dissi”. Segundo a colaboradora, a influência ocorre em virtude de, normalmente, falarmos mais e escrevermos menos, “a agente mais fala do que escreve né, lógico”, o que termina influenciando na escrita.

Sobre esse aspecto, Faraco (2008, p. 169) afirma que “adquirir familiaridade com as variedades chamadas cultas é, antes de qualquer coisa, adquirir familiaridade com as práticas socioculturais da escrita”.

Nesse âmbito, no decorrer da interação, ela reconheceu que a escrita requer uma adequação maior a norma culta da língua. Logo, concebe-se a norma culta como “variedade efetivamente praticada pelos falantes letrados nas situações mais monitoradas de fala ou escrita” (FARACO, 2008, p. 188). Assim, o falante deve adequar essas práticas conforme os meios de interação empregados e considerando, também, os aspectos funcionais da língua.

Dessa maneira, é necessário reconhecer a distinção entre fala e escrita, tendo em vista a necessidade de adequar a língua em conformidade com a finalidade social da interação. Isto remete a Marcuschi (2003, p. 46), para quem “fala e escrita são diferentes, mas as diferenças não são polares e sim graduais e contínuas. São duas alternativas de atualização da língua nas atividades sócio-interativas diárias”. Isto é, são duas perspectivas que o falante deve adequá-las ao contexto de uso.

Em suma, postula-se a indistinção da variação diamésica pela participante, pois ela afirma que, durante a escrita, eventualmente já aconteceu de escrever como fala, apesar de ela reconhecer a heterogeneidade da língua.

**Em uma ocasião de informalidade, durante uma conversa com familiares ou amigos, por exemplo, alguém já lhe corrigiu ou falou que você não sabe fazer uso da língua? Como ocorreu isso?**

A participante afirmou que sim. A situação foi em sala de aula, inclusive na universidade, quando uma professora a corrigiu pela inadequação da concordância em uma palavra falada. Desse modo, adverte-se que a docente considerou a existência única da maneira de falar a língua, sendo esta maneira a postulada nos parâmetros gramaticais. Nesse enfoque, Bagno (2003, p. 139) observa que “[...] isso se nota, por exemplo, na variação de frequência de uso das regras padronizadas de concordância verbal e nominal – frequência que é tanto mais baixa quanto mais baixo for o grau de monitoramento da fala”. Logo, vemos que o seguimento da concordância verbal e nominal está em acordo com o grau de monitoramento em que a fala foi empregada. No contexto vigente da pesquisa, observa-se que o falante utilizou na sua rotina de sala de aula universitária e considerou a informalidade da comunicação.

Sobre a variação da concordância de número elucidada pela participante, compreende-se que ela ocorre em virtude da ausência ou não da marcação morfológica em todos os segmentos linguísticos do sintagma. Assim, devemos considerar que a variação linguística é um fenômeno imanente às línguas e acontece de maneira organizada e coerente, com maior ou menor destaque, dependendo da implementação de aspectos linguísticos e sociais. Ressalta-se, ainda, que, nas atividades oral e escrita, é necessário adotarmos a relevância da apropriação ao gênero textual e, com isso, aplicarmos a adequação da norma que cada gênero requer em sua construção, como infere Bortoni-Ricardo (2014).

O texto dessa participante segue abaixo:

*O curso de letras, ao meu ver, é o melhor curso. Espero crescer profissionalmente, além de melhorar como pessoa, desenvolvendo ainda mais meu senso crítico e meu papel de futura educadora. Vejo no curso boas portas para um futuro melhor, além de ser uma disciplina fundamental para a educação brasileira que necessita de mudanças. Espero também aumentar meus conhecimentos, valores e me especializar. Mestrado, doutorado, quem sabe. Mas de início, quero bons resultados (IRA), e uma expressiva carga de conhecimento.*

A participante demonstrou tamanha admiração pelo curso e enxerga nesse uma possibilidade de ascensão profissional e pessoal. Para tanto, demonstra uma familiaridade com o texto escrito, porém, manifesta traço da oralidade na grafia da primeira linha, em que efetiva: “O curso de letras, **ao** meu ver, é o melhor curso”. A partir disso, constata-se que a participante traz aspecto que na fala é bastante usual, todavia, na escrita, não é adequado, considerando o caráter formal do texto. Observa-se, com isso, o uso inapropriado da regência nominal, conforme o seguimento explicitado nas gramáticas normativas. A participante, em seu texto, utilizou “**ao meu ver**”, como comumente realizamos em situações não monitoradas.

Dessa forma, conforme visto no protocolo oral, deduz-se que a participante apresenta certa dificuldade no momento da escrita, por essa ser regada, às vezes, pela influência da fala. Nesse sentido, ela demonstra aptidão pela escrita e faz uma adequação pertinente ao contexto da formalidade. Todavia, vez ou outra manifesta aspectos da fala no texto escrito, ou seja, ela apresentou dificuldade na diferenciação da variação diamésica, analisada neste trabalho como distintos meios de utilização entre fala e escrita. Ainda ressaltou que já sofreu estigmatização pelo uso da sua fala, por ocasião da não concordância desta.

#### **6.1.5 Da fala para escrita – participante 5, 18 anos**

##### **Fale por que você escolheu o Curso de Letras/Português, na UFPI.**

A participante foi bem sucinta e direta nas suas respostas, não dando muitas justificativas às perguntas realizadas. Falou que o curso de Letras veio como uma segunda opção, que na verdade não esperava ser selecionada. Assim, enfatizou que não queria nenhum tipo de licenciatura, mas sim o curso de veterinária.

##### **Conte sobre sua experiência com a escrita, após ingresso na UFPI.**

Ela enfatizou que, antes de entrar na UFPI, pensava que sabia escrever, porém, após o ingresso, percebeu que precisa melhorar sua atividade de escrita, organizar melhor as ideias antes de colocar no papel.

##### **Como você distingue oralidade da escrita?**

A participante relatou que possui maior dificuldade no momento da escrita, até mesmo pelo fato de esta ser vista como veículo da norma-padrão. Em oposição à fala, que é mais habitual e tende a influenciar no momento da escrita.



Desse modo, Bortoni-Ricardo (2014) compreende as atividades que envolvem produção oral e escrita como sendo vinculadas ao gênero textual proposto. Assim, é necessário utilizar mecanismos linguísticos característicos de cada gênero. A colaboradora da pesquisa afirmou que sente dificuldade na dimensão do texto escrito em detrimento da fala que, normalmente, destaca-se como menos formal. Diante disso, pode-se inferir que esta complexidade ocorre, pois ela não compreende totalmente a diferenciação entre fala e escrita.

**Em uma ocasião de informalidade, durante uma conversa com familiares ou amigos, por exemplo, alguém já lhe corrigiu ou falou que você não sabe fazer uso da língua? Como ocorreu isso?**

A participante relatou que já foi corrigida em um grupo de WhatsApp, por ocasião da grafia de uma palavra e que, em virtude disso, saiu do grupo por sentir-se constrangida. Consoante Faraco (2008), tais constatações de erro somente demonstram o quanto alguns falantes não compreendem a dinamicidade da língua, visto que essa cultura do desacerto apenas coopera para o empobrecimento da cultura linguística no nosso país.

Abaixo, destacamos o texto escrito por ela:

*Apriorar mais o conhecimento, aprender a gostar do curso para que se um dia eu me formar eu ser **un bom** profissional e passar o meu conhecimento para outras pessoas. Estou gostando do curso, e espero me dar bem com os professores, com os colegas de classe e um dia ser uma boa professora. Não é meu sonho, mas acho que nada é por acaso, e se Deus quis assim eu me embarco nessa profissão. É sempre importante não desistir dos nossos sonhos, mas as vezes abre portas ou caminho nas nossas vidas e devemos aproveitar cada oportunidade que aparece em nossos caminhos.*

Em oposição aos demais participantes, esta relatou que Letras/Português não é o seu sonho profissional, mas pretende se esforçar para desempenhar o melhor no curso e, posteriormente, almeja ser uma profissional competente.

Na perspectiva da escrita, observa-se que a colaboradora deixa explícitas marcas da fala na organização do seu texto. Assim, averigua-se, logo no início, o verbo aprimorar, grafado “**apriorar**”, sem o “m”. Isso pode ser resultado de uma mudança fonética, nomeado por síncope, a omissão de um segmento no meio da palavra, conforme compreende Dubois (1983,

p. 551), “Na evolução das línguas, a síncope é um fenômeno muito frequente de desaparecimento de um ou mais fonemas no interior de uma palavra”.

Também há marcas da oralidade no seguinte trecho: “para que se um dia eu me formar eu ser **um bom** profissional e passar o meu conhecimento para outras pessoas”. Com isso, observa-se que a participante não se preocupa com o grau de formalidade exigido no texto escrito, e assim, escreve como fala.

Portanto, no que concerne ao protocolo oral, observa-se que a participante reconhece sua dificuldade quanto à manifestação da escrita, justificando que isso ocorre pelo preceito estabelecido pela gramática normativa. Em relação ao protocolo escrito, pode-se averiguar que a colaboradora expressou a influência da fala na escrita, colaborando, assim, para certa complicação no que refere à apreensão da variação diamésica. Por fim, destacamos que ela relatou já ter sido alvo de correção por determinado uso da língua em contextos informais.

Partindo do pressuposto analisado quanto ao protocolo oral e escrito dos colaboradores da pesquisa, concordamos com Bagno (2007), que postula a língua como prática social, uma atividade coletiva empregada pelos falantes, à medida que eles interagem por meio da fala ou da escrita.

Observa-se a ocorrência da variação linguística não somente na comparação das diferentes maneiras de falar usada em uma comunidade ou de certo grupo social, mas percebe-se na manifestação do comportamento linguístico individual de cada falante. Segundo concebe Bagno (2007, p. 44-45), “nós variamos o nosso modo de falar, individualmente, de maneira mais consciente ou menos consciente, conforme a situação de interação em que nos encontramos”. Esse pensamento se concretiza na abordagem comunicativa utilizada pelos nossos colaboradores, haja vista a afirmação de que tendem a adequar seu comportamento verbal em consonância a situação comunicativa.

É necessário mostrar a heterogeneidade presente na língua e a sua manifestação durante a explanação do perfil sociolinguístico dos colaboradores da pesquisa. Para tanto, na abordagem da oralidade, os discentes manifestam artefatos linguísticos próprios dessa modalidade de uso da língua. Na escrita, demonstram a influência da fala nesta, mas alguns concebem a distinção que há entre uma e outra. Portanto, faz-se necessário uma adequação maior no que se refere à escrita, um monitoramento mais preciso.

Constatamos que todos os participantes já foram alvo de repressão ou já corrigiram alguém pelo uso da língua, o que fomenta o preconceito linguístico discutido neste trabalho.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar a língua materna enquanto perspectiva linguística e social de comunicação presentes nas práticas da oralidade e da escrita possibilitou uma melhor apreensão acerca da diversidade linguística estabelecida no Brasil. Contudo, observamos, o quanto o preconceito linguístico ainda se faz presente entre os falantes.

Nesse sentido, compreende-se a concepção da língua postulada por Bortoni-Ricardo (2014), que veicula a língua como firmada sociointeracionalmente, haja vista o princípio de interferência de fatores sociais e linguísticos, ao modo que averiguamos seu aspecto funcional e real durante as realizações humanas de comunicação.

Dessa forma, postular as variedades linguísticas como uma maneira errônea de utilizar a língua não passa de uma concepção negativa e ultrapassada na compreensão da abrangência linguística e cultural que circunda no ambiente social. É, antes, um modelo de estigmatização baseada na existência da homogeneidade linguística.

A partir do pressuposto analisado no protocolo verbal (entrevista) e no escrito, constata-se que, durante a abordagem da oralidade, os colaboradores da pesquisa, embora estando no início do curso, manifestam o conhecimento sobre a distinção entre oralidade e escrita, bem como sua adequação ao contexto de uso. Em contrapartida, observa-se que, no decorrer do gênero textual escrito, alguns tiveram dificuldade quanto à grafia de certas palavras, outros postularam a distinção durante o protocolo oral, mas na realização do texto expressaram certa dificuldade, pois houve marca da fala na escrita. Ademais, compreendem o preconceito linguístico como uma forma de menosprezar o falante e seus respectivos modos de empregar a língua, tendo em vista o fato de já terem corrigido ou sido alvo de correção.

Nessa conjuntura, apresentamos o perfil sociolinguístico dos alunos quando averiguamos como eles percebem a língua enquanto uma construção de variedades linguísticas e sociais, como também denotamos que os participantes já sofreram ou fizeram correção da fala ou escrita utilizada por outra pessoa, assim como esses fatos cooperam para uma apreensão negativa acerca da língua e, conseqüentemente, na disseminação do preconceito linguístico.

Constatamos, também, como os participantes compreendem a diferença entre fala e escrita, ocasionando a explicitude do conceito variação diamésica, elucidada nesta pesquisa (BAGNO, 2007; ILARI, BASSO, 2011;).

Vemos, pois, fala e escrita como atividades distintas em sua realização, visto que o emprego da variação diamésica deve estar em acordo com o veículo de utilização da língua,

bem como o gênero textual proposto. Para tanto, o falante pode ou não monitorar seu uso em virtude da competência comunicativa a qual, normalmente possui.

É necessário ressaltar, ainda, que oralidade e escrita são modalidades distintas de uso da língua, mas que ambas coadunam com o ambiente sociocultural pertinente nos seus diferentes meios de emprego. Sendo assim, o falante não deve estigmatizar as variedades utilizadas, quanto menos fomentar a disseminação do preconceito linguístico.

Denotamos que este trabalho possui uma postura dialógica e sociointeracional na demonstração do perfil sociolinguístico dos participantes, assim como enaltece os segmentos de variação da fala e da escrita, modalidades de uso da língua. Ademais, explicita que as diversas maneiras de aplicação da língua são resultado da interferência de vários fatores sociais, cujos aspectos são justificados na desconstrução do preconceito linguístico. Por certo, esta discussão favorece não somente aos estudiosos da língua(gem), mas, também, aos estudiosos de outras áreas do conhecimento, precipuamente, aos sujeitos inseridos no campo educacional.

## REFERÊNCIAS

- Alkmim, Tania Maria. Sociolinguística parte I. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à sociolinguística: domínios e fronteiras**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- ACEVEDO, Cláudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Monografia no curso de administração: guia completo de conteúdo e forma: inclui normas atualizadas da ABNT, TCC, TGI, Trabalhos de estágio, MBA, dissertações, teses**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz?**. São Paulo: Loyola, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Dicionário crítico de sociolinguística**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola, 2008.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris [et al.] (orgs.). **Porque a escola não ensina gramática assim?**. 1. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- CALVET, Louis. Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- Camacho, Roberto Gomes. Sociolinguística parte II. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à sociolinguística: domínios e fronteiras**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- COULMAS, Florian. **Escrita e sociedade**. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- DUBOIS, Jean. et al. **Dicionário de Linguística**. Trad. Frederico P. de Barros et al. Dir. e coord. ger. da trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1983.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas.** São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FIORIN, J. L. (Org). A linguagem humana do mito à ciência. In: **Linguística? O que é isso?.** São Paulo: Contexto, 2013.

ILARI, Rodolfo; e BASSO, Renato. **O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos.** 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IPHAN. **Guia de Pesquisa e Documentação da Diversidade Linguística.** Brasília: IPHAN 2016.

MOLLICA, Maria Cecília; e BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2017.

MOLLICA, Maria Cecília. **Fala, letramento e inclusão social.** São Paulo: Contexto, 2014.

PRETI, Dino. **Sociolinguística: os níveis de fala.** 9 ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996. (Coleção Leituras no Brasil).

SANTOS, Vanice dos; CANDELORO, Rosana J. **Trabalhos acadêmicos: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas.** Porto Alegre RS: AGE, 2006.

SAPIR, Edward. **A linguagem: uma introdução da fala.** São Paulo: Editora perspectiva S.A, 1980.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística.** São Paulo: Editora Ática, 2003.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

**Identificação do Tipo de Documento**

- Tese  
 Dissertação  
 Monografia  
 Artigo

Eu, Maria Adaiane da Silva Sousa, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação **DA ORALIDADE À ESCRITA: DESCONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO A PARTIR DA VARIACÃO DIAMÉSICA** de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI, 26 de novembro de 2019.

Maria Adaiane da Silva Sousa  
Assinatura

Jucelino Francisco do Nascimento  
Assinatura